

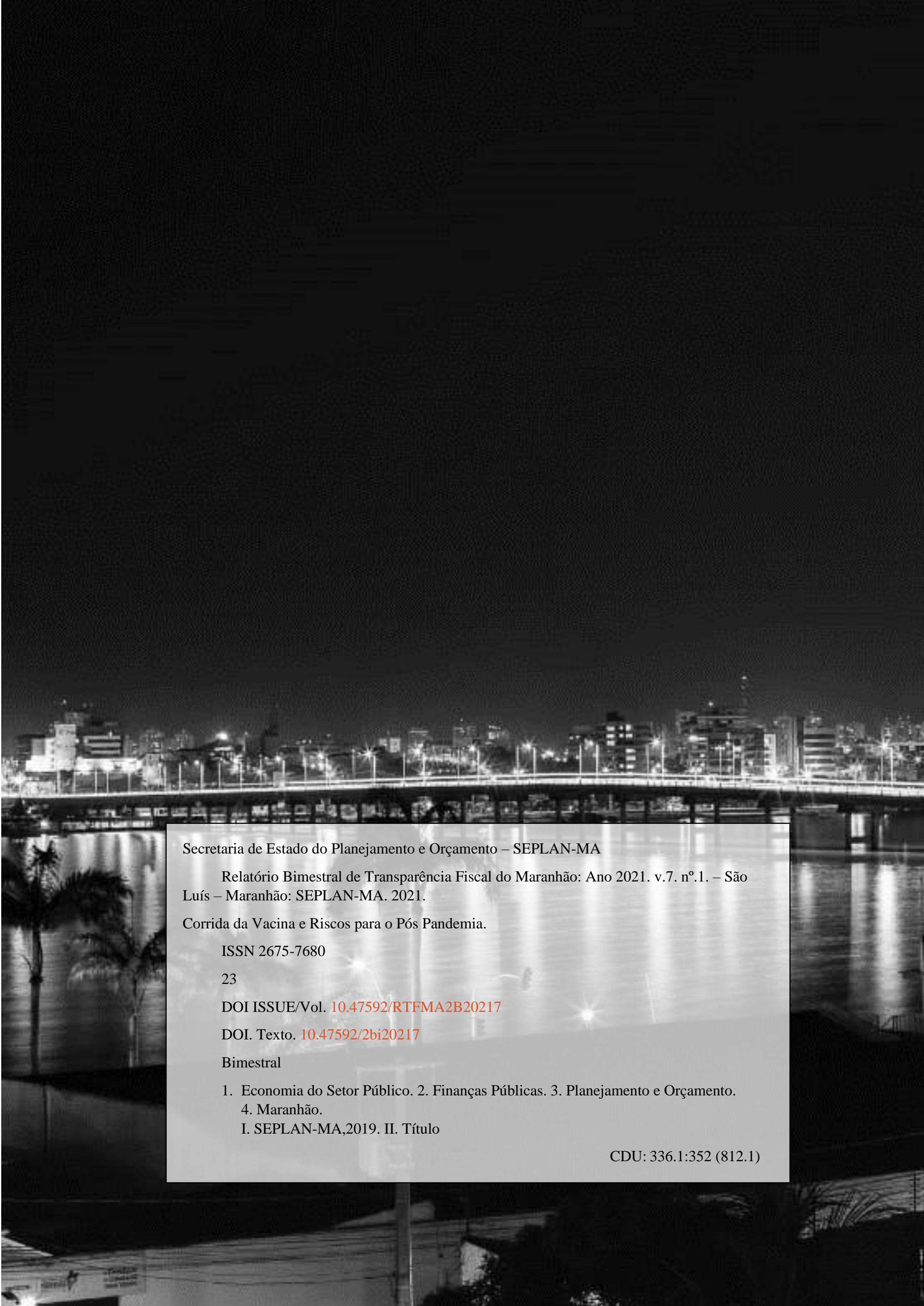


Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Superintendência de Assuntos Fiscais



Relatório de Transparência Fiscal do Maranhão

2º bimestre de 2021



Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN-MA

Relatório Bimestral de Transparência Fiscal do Maranhão: Ano 2021. v.7. nº.1. – São Luís – Maranhão: SEPLAN-MA. 2021.

Corrida da Vacina e Riscos para o Pós Pandemia.

ISSN 2675-7680

23

DOI ISSUE/Vol. [10.47592/RTFMA2B20217](https://doi.org/10.47592/RTFMA2B20217)

DOI. Texto. [10.47592/2bi20217](https://doi.org/10.47592/2bi20217)

Bimestral

1. Economia do Setor Público. 2. Finanças Públicas. 3. Planejamento e Orçamento.
4. Maranhão.

I. SEPLAN-MA,2019. II. Título

CDU: 336.1:352 (812.1)

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino

Governador do Estado do Maranhão

Carlos Brandão

Vice-Governador do Estado do Maranhão

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN

Cynthia Mota Lima

Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento

Caroline Sousa de Jesus

Subsecretária de Estado do Planejamento e Orçamento

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE – SATEC

Marcello Apolônio Duailibe Barros

Secretário Adjunto do Tesouro e Contabilidade

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS FISCAIS – SAFi

João Carlos Souza Marques

Superintendente de Assuntos Fiscais

COORDENAÇÃO E EDIÇÃO:

Marcello Apolônio Duailibe Barros

João Carlos Souza Marques

ELABORAÇÃO

ANALISTAS ECONÔMICOS:

Eduardo Henrique Santos Pereira

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

João Carlos Souza Marques

Marcello Apolônio Duailibe Barros

Marcelo de Sousa Santos

TÉCNICOS E ASSISTENTES:

Gustavo Moreno Alves Ribeiro

Roseane Santos Silva

APOIO TÉCNICO:

Jacksson dos Santos Pereira

REVISÃO:

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

EDITORAÇÃO, DESIGN e DIAGRAMAÇÃO:

João Carlos Souza Marques

CONTRIBUIÇÕES E AGRADECIMENTOS

Sumário Executivo

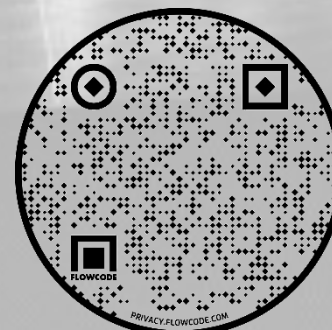
Alexsandro Sousa Brito – [GAPE/DECON/UFMA](#)

Fotografia Capa

([@fizzie_slz](#))

APOIO INSTITUCIONAL

Conselho Regional de Economia da 15ª Região – CORECON-MA



O RELATÓRIO BIMESTRAL DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DO MARANHÃO

Este Relatório de Transparência Fiscal (RTF) é um dos produtos da Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade (SATEC) desta Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), elaborado pela Superintendência de Assuntos Fiscais (SAFi) com a colaboração da Superintendência do Tesouro, da Contadoria e da Dívida, objetivando atender as exigências legais da [Lei de Responsabilidade Fiscal \(LRF\)](#) e ampliar a transparência das finanças públicas no que tange aos principais indicadores fiscais do Estado do Maranhão.

O RTF é dividido em dois cenários: Macroeconômico e Finanças Públicas. O Cenário Macroeconômico traduz alguns dos principais indicadores que impactam a economia maranhense através de análise do Cenário Internacional e Nacional, com o propósito de trazer ao leitor não somente a visão dos analistas da SAFi, como, também, aproximá-lo da realidade dos impactos exógenos nas contas públicas nacionais, do Maranhão e na atividade econômica maranhense.

O Cenário das Finanças Públicas é o grande objetivo de análise do RTF. Ou seja, proporcionar maior transparência para as contas públicas do Maranhão explanando as nuances econômicas apresentadas no Cenário Macroeconômico, os impactos legislativos e de políticas públicas internas e externas que afetam os resultados e as expectativas orçamentárias e financeiras. O Cenário das Finanças Públicas resume brevemente o setor público Nacional e dá enfoque aos resultados do Estado. Do lado das Receitas maranhenses, o RTF apresenta comparações entre o bimestre de referência e o acumulado até o período do ano corrente com o ano anterior e com a Lei Orçamentária Anual (LOA), verificando as frustrações ou saldos orçamentários. Pelo lado das Despesas, são comparados os valores executados no ano corrente com os do ano anterior no período análogo, demonstrando os gastos por poderes e as principais despesas do Estado.

Além dos aspectos gerenciais mencionados, o RTF proporciona análise visando ao atendimento de dispositivos legais, como a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (especialmente o art. 9º) e a [Instrução Normativa referente à prestação anual de contas do Tribunal de Contas – TCE \(IN nº 26 / 2011 ou de Novembro de 2011\)](#).

Boa leitura!



SUMÁRIO

1.	SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR	7
2.	CENÁRIO MACROECONÔMICO	8
a.	Cenário Internacional	8
b.	Cenário Nacional.....	10
a.	Cenário Estadual	12
3.	Cenário das Finanças Públicas	13
I)	Resultado Primário do Governo Central	13
III)	Finanças Públicas Maranhenses	15
a.	Receitas	15
i.	Receitas de Transferências	16
ii.	Receitas Tributárias.....	16
iii)	Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2020	17
b)	Despesas	18
	TÓPICOS EXTRAS.....	22





GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

LISTA DE SIGLAS E INSTITUIÇÕES

SIGLA	SIGNIFICADO
BCB	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAEMA	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
CAPAG	Indicador de Capacidade de Pagamento elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional
CNAE	Código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas estruturado pelo IBGE
CNC	Confederação Nacional do Comércio
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
DBGC	Dívida Bruta do Governo Geral
DC	Dívida Consolidada
DCL	Dívida Consolidada Líquida
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
DTP	Despesa Total com Pessoal
EC	Emenda Constitucional
FAPEMA	Fundo de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI/IMF	Fundo Monetário Internacional
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUMACOP	Fundo Maranhense de Combate à Pobreza
FUNBEN	Fundo de Benefícios dos Servidores Públicos Estaduais
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEMA	Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFI	Instituto Fiscal Independente
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IR	Imposto sobre a Renda
IRRF	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
LC	Lei Complementar
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000
MP	Medida Provisória
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIS/PASEP	Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PLDO	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPA	Plano Plurianual
RCL	Receita Corrente Líquida
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RTF	Relatório de Transparência Fiscal
SAFi	Superintendência de Assuntos Fiscais
SATEC	Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
SEFAZ-MA	Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão
SEPLAN-MA	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento do Maranhão
SES-MA	Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão
SINFRA-MA	Secretaria de Estado da Infraestrutura do Maranhão
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCE-MA	Tribunal de Contas do Estado do Maranhão
TCU	Tribunal de Contas da União
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UEMASUL	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
WEO	World Economic Outlook



1. SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR

Corrida da Vacina e Riscos para o Pós-Pandemia

No ano passado, em função da pandemia do novo coronavírus, o Brasil experimentou uma grande flutuação no produto, caindo 4,1%. Evidentemente que não foi o único, a Índia, o Japão e Zona do Euro sustentaram taxas de quedas maiores que a nossa. Contudo, a queda da renda nacional foi mais do que o dobro da média observada nas economias emergentes e em desenvolvimento, maior também do que a taxa média de queda observada no mundo civilizado.

A flutuação econômica provocada por esse contexto de excepcionalidade pôs em evidência as economias subnacionais por motivos óbvios, que passaram a desempenhar um papel contracíclico importante. É exatamente nesse cenário que as finanças públicas estaduais passaram a ser ainda mais exigidas, o que reforça a necessidade de análise da trajetória das finanças públicas estaduais numa frequência ainda mais célere.

Para isso o Relatório de Transparência Fiscal do Maranhão (RTF), de periodicidade bimestral, além de contemplar as exigências do regimento fiscal, vem se tornando um instrumento analítico importante das contas públicas do Estado, permitindo a apuração e análise conjuntural do desempenho fiscal em alta frequência.

Mas o que aponta o RTF? Do ponto de vista da receita corrente houve variação positiva de pouco mais de 26% em relação ao mesmo período de 2020. O resultado é decorrente do bom desempenho do ICMS (21,8%), do IPVA (61,81%), do ITCD (190,55%), das Transferências Correntes (33,5%) e dos novos valores aportados pelo FUNDEB (105,1%). O desempenho também é satisfatório na comparação anual. Embora menor que a variação bimestral, as receitas correntes cresceram 17% no acumulado do ano, em comparação com 2020.

Um aspecto interessante apontado pelo RTF diz respeito à arrecadação das receitas tributárias, particularmente, o ICMS arrecado no setor de serviços na atividade econômica ligada a combustíveis. Mas antes, como todos sabem, desde o início do ano passado estamos sob choques de oferta recorrentes de *commodities*, em especial a instabilidade do preço do barril do petróleo. Esses choques foram ampliados pela oscilação no câmbio, cuja consequência mais imediata tem sido os sucessivos aumentos dos combustíveis. Evidentemente, essas perturbações têm efeitos sobre as finanças públicas reforçando, em tese, a arrecadação do ICMS sobre combustíveis.

Contudo, o RTF aponta que, ao contrário do que se imagina, o ICMS arrecadado da atividade econômica de combustíveis no setor terciário não aumentou, ao contrário, teve queda de mais de 32% no bimestre e de mais de 17% no acumulado no ano, em comparação ao mesmo período do ano passado.

Do ponto de vista das despesas, talvez o maior destaque esteja nas despesas de capital, especialmente, o investimento. Tanto na comparação anual quanto na bimestral, os dados impressionam: o gasto com investimento no acumulado em 2021 representa mais de 92% em relação ao mesmo período do ano passado e mais de 68% em comparação com o segundo bimestre de 2020. Os indicadores apenas refletem os esforços do governo estadual na mobilização de recursos, em sua grande maioria próprios, para a recuperação da infraestrutura do Estado e promoção do crescimento econômico, por meio do fomento ao emprego e à renda.

Evidentemente há muitos desafios importantes que precisam ser superados, mas é importante observar que o Estado do Maranhão está, hoje, na quinta posição das unidades da federação com menor despesa pessoal do executivo sobre a receita corrente líquida, o que evidencia que as finanças estaduais estão numa trajetória consolidada de sustentação.

Aproveite a leitura para descobrir muitos outros aspectos importantes das finanças públicas estaduais.

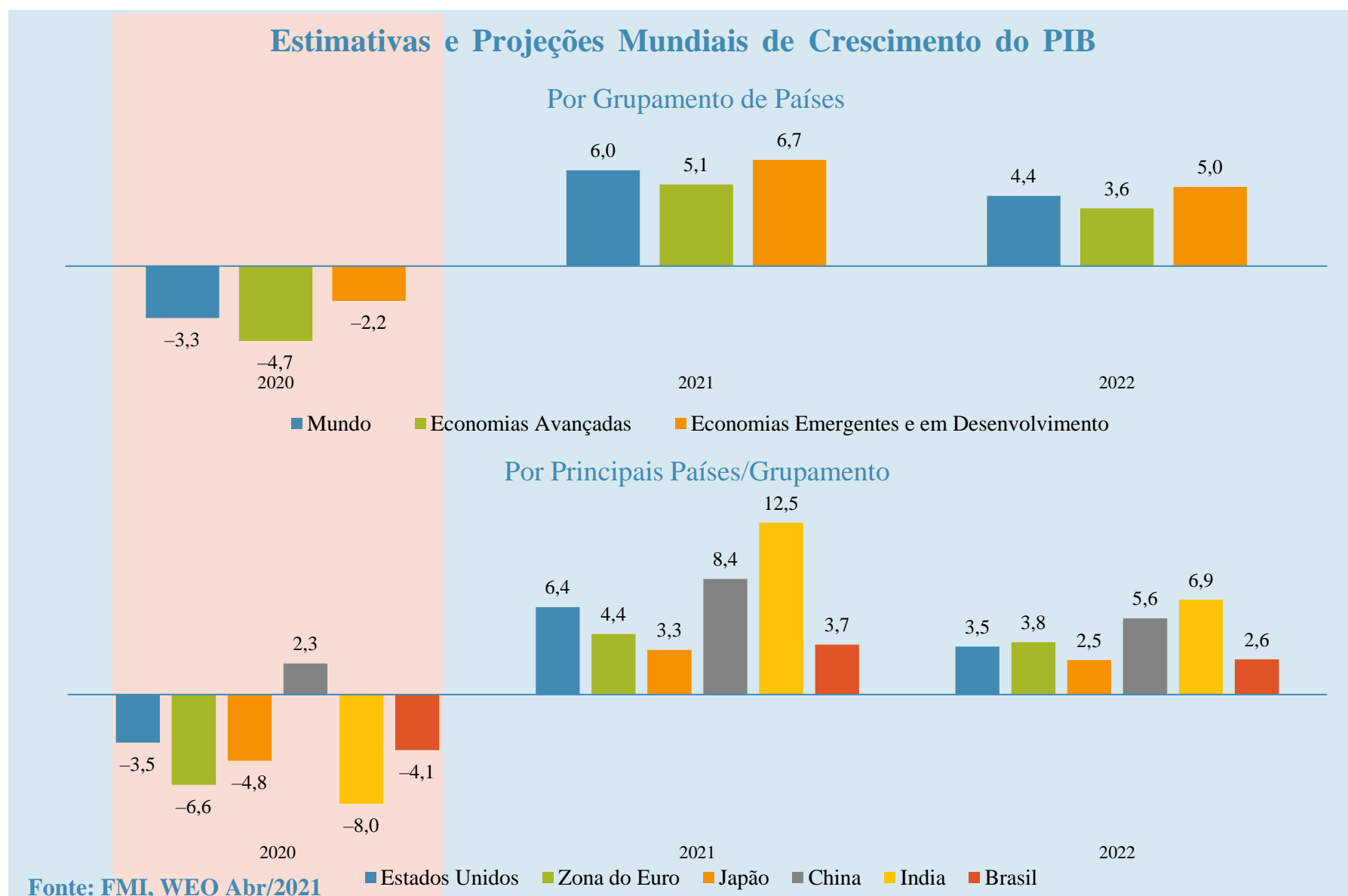
Prof. Dr. Alex Brito
Universidade Federal do Maranhão
Líder do [Grupo de Análise da Política Econômica](#)





2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

a. Cenário Internacional



No segundo bimestre de 2021, o mundo registrou o marco de um ano da declaração global do estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19. Desde então, um panorama de elevadas incertezas quanto aos inúmeros e divergentes choques sociais e econômicos provocados pela doença ainda planejam e são desconhecidos. Outros impactos, porém, já estão sendo versados pelos acadêmicos, pesquisadores e instituições governamentais e são alvo de políticas anticíclicas de caráter keynesiano em inúmeros países. São exemplos dessas estratégias as ações de combate ao crescimento desacelerado do desemprego, o aumento do contingente de extremamente pobres, a insegurança alimentar e, dentre muitos outros, as prioritárias mazelas atinentes a saúde pública.

Através da forte ampliação dos gastos públicos para combater a pandemia e dessas políticas monetárias expansionistas, os governos estão sendo capazes de mitigar parte do impacto devastador da pandemia e fomentar uma recuperação econômica mais acelerada do que o esperado. Nesse diapasão, o Fundo Monetário Internacional – FMI através do [World Economic Outlook de Abril/2021](#) reavaliou suas estimativas para o crescimento da economia mundial com uma perspectiva mais otimista do que o [relatório anterior \(janeiro/2021\)](#), aumento de 0,5 p.p para 2021 e 0,2 p.p. em 2022, prospectando que o PIB global cresça entre 6% e 4,4%, para os respectivos anos.

Apesar da perspectiva mais otimista de crescimento econômico para o mundo, o FMI adverte que o crescimento não será uniforme entre os países. A forma, a velocidade e qualidade das políticas públicas adotadas foram diferentes e serão determinantes para a recuperação econômica. Além disso, o processo de vacinação global e os mecanismos adotados nos diferentes países deverão influenciar a retomada das suas atividades.

Não obstante, deve-se atentar aos impactos das políticas anticíclicas adotadas, que podem ter efeitos de longo e curto

prazos, tanto nas contas públicas – nível de endividamento, aumento do risco de *default*, dos juros, do nível de câmbio e da inflação, como também na continuidade da execução de políticas públicas necessárias para estabilizar ou – em casos de alguns países subdesenvolvidos, manter a economia girando. Ainda assim, atenta-se que existem inúmeros efeitos de transbordamento das políticas adotadas que têm impactos divergentes ao redor do globo, ampliando o nível de incerteza e exigindo maior compensação para gerar atratividade do investimento privado.

Nesse sentido, deve-se reiterar os riscos que ainda se mantém na realidade internacional, nacional e estadual em 2021 e o problema da volatilidade dos preços das *commodities*, que por hora, vem acelerando ainda mais a inflação mundial. A redução dos estoques, sobretudo do petróleo – além das ações da OPEP para alavancar os preços, vem sendo um dos principais motrizes para elevação da inflação – tendo em vista que este é o principal insumo para boa parte da produção e essencialmente para o sistema logístico. Além disso, o baixo nível de estoques com uma produção retomando lentamente no globo e a demanda chinesa à 100% do fôlego pré pandemia pressionou as *commodities* agrícolas como soja e milho e impulsionaram a alta dos preços dos minerais e metálicas.

Nesse panorama os preços das *commodities* – insumos base da economia, deverão continuar somando aos efeitos das políticas expansionistas e anticíclicas no que tange à aceleração do processo inflacionário, possivelmente acelerando as taxas de juros mundiais e mitigando a velocidade do crescimento econômico. Ressalta-se ainda, a problemática atinente ao aumento do contingente de extremamente pobres e da redução da renda mundial e que aqueles detentores de menores renda serão os mais prejudicados com impacto da inflação.



PAINEL 1. INDICADORES DE PREÇOS E COTAÇÃO DAS PRINCIPAIS COMMODITIES PARA O BRASIL E MARANHÃO DE DEZ/2010 ATÉ DEZ/2020

Petróleo Brent (média, US\$/BBL)



Soja em Grãos (US\$/t)



Alumínio (US\$/t)



Minério de Ferro (US\$/dmu)



Índice de Laspeyeres para commodities Energéticas (US\$)



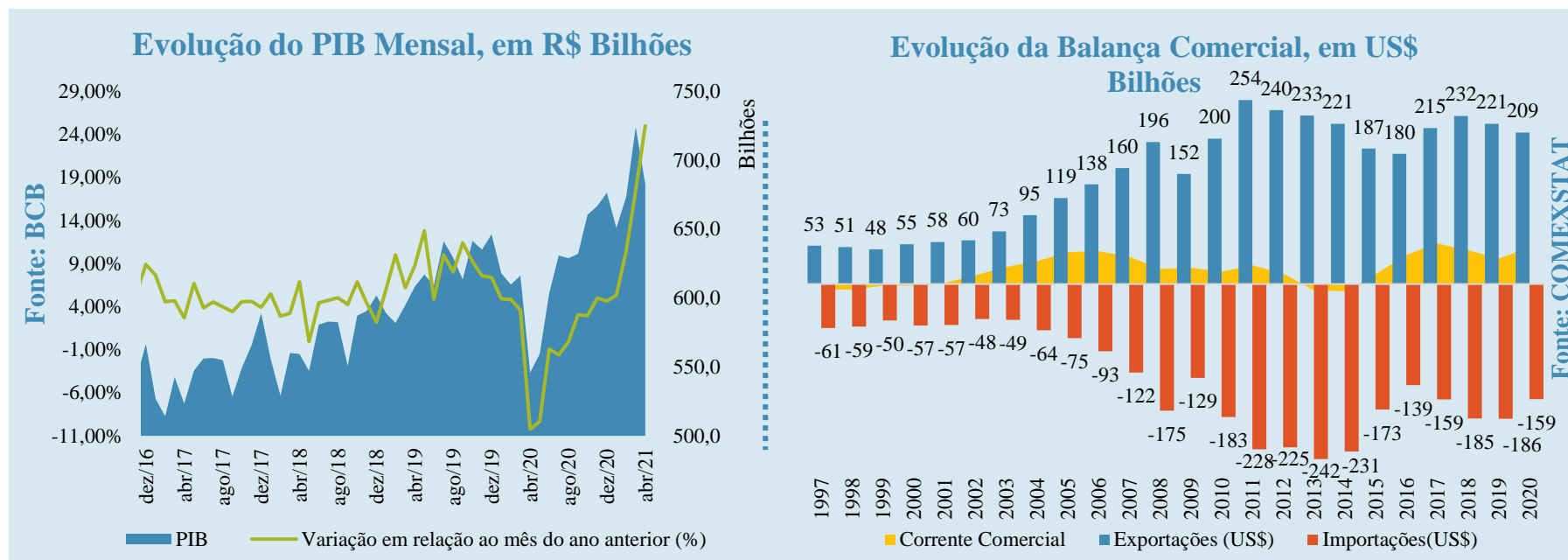
Índice de Laspeyeres para commodities Não-Energéticas (US\$)



Fonte: Banco Mundial – mai/2020



b. Cenário Nacional



No cenário nacional, a economia sinaliza retomada da atividade acima do esperado no final do ano passado. O PIB mensal estimado e divulgado pelo BCB já supera os valores registrados em 2019. Esse sinal de recuperação vem sendo observado na retomada da formação bruta de capital fixo e da melhora dos resultados no comércio exterior, devido ao câmbio alto. Nesse panorama, a economia nacional vem surfando uma onda de otimismo que se traduz numa bolsa de valores com tendência crescente e mais resiliente em relação à 2020, embora abaixo do topo de 2019. Ainda sob perspectiva otimista, os índices de confiança do empresário e da indústria apresentaram forte recuperação, este último, em patamar superior ao de 2019.

Já sob os aspectos negativos, a taxa de desemprego continua elevada e parece não corresponder ao crescimento econômico que está concentrado em setores menos afetados negativamente pela pandemia e que agregam pouco valor ou geram poucos empregos adicionais. Nesse diapasão, chama atenção também ao crescimento do nível de incertezas quanto a economia que ainda se mantém em patamares acima dos últimos 5 anos ao crescimento rápido da inflação e a manutenção da taxa de câmbio em patamares considerados muito altos. Como consequência desses vetores o índice de consumo das famílias ainda se mantém em patamar muito abaixo de 2019 e o nível de endividamento das famílias continua crescente, sinalizando que a população, em geral, não conseguiu se recuperar da crise econômica provocada pela pandemia e que a destruição estrutural da economia não está se reerguendo junto do crescimento econômico.

Ao passo que os preços continuam crescendo através da inflação devido ao câmbio alto e valorização das principais *commodities*, sobretudo, do petróleo, essa deterioração no consumo das famílias continua se ampliando. O aumento do risco no Brasil somado ao crescimento inflacionário, a expansão dos gastos públicos – e consequente necessidade de financiamento da dívida pública deverão pressionar a alta dos juros internacionais, podendo pressionar as taxas de juros nacionais para conseguir mitigar tais impactos e atrair capital estrangeiro, o que pode auxiliar para aliviar o impacto cambial e a retroalimentação da inflação.

Contudo é extremamente pertinente ressaltar que os níveis de incerteza do país deverão continuar elevados, independente do crescimento econômico, pois estes estão também vinculados à duas questões essenciais: 1) a gestão política, e 2) o enfrentamento da pandemia. Em tratando-se da gestão política, os riscos de danos institucionais e diplomáticos irreparáveis provocados pelo Governo Bolsonaro; as meias reformas e as más reformas

propostas; as constantes ameaças a democracia e o elevado gasto público sem estratégia de desenvolvimento econômico ou de recuperação fiscal pertinente e de longo prazo.

No que tange ao enfrentamento da pandemia, a velocidade da vacinação parece crucial para determinar a retomada das atividades e do consumo das famílias aos patamares normais. Os setores mais impactados pela pandemia, o secundário e terciário, ainda não conseguiram se reerguer e o mercado fragilizado pelo distanciamento social parece ser um dos principais motivos. Adicionalmente, o negacionismo do Governo durante a pandemia e as manifestações contra vacina podem dificultar a solução célere deste problema, a falta de coordenação federal e a concentração das decisões nos Governos dos Entes Subnacionais parecem ser o caminho que deve ser trilhado, o que pulveriza o impacto da recuperação em esfera Nacional, uma vez que a estratégia ficará mais localizada.

É importante salientar que se deve elencar como prioritário combater o crescimento inflacionário e a retroalimentação da inflação através dos contratos, pois este será um vetor que acelerará a desigualdade ao impactar diretamente na renda e mais significativamente a população mais vulnerável, diluindo quaisquer medidas que fomentem a recuperação do consumo nacional. Contudo, deve-se atentar que o aumento nas taxas de juros talvez não seja o principal vetor para conter o crescimento do nível de preços que aparenta estar mais correlacionada aos custos do que a demanda.

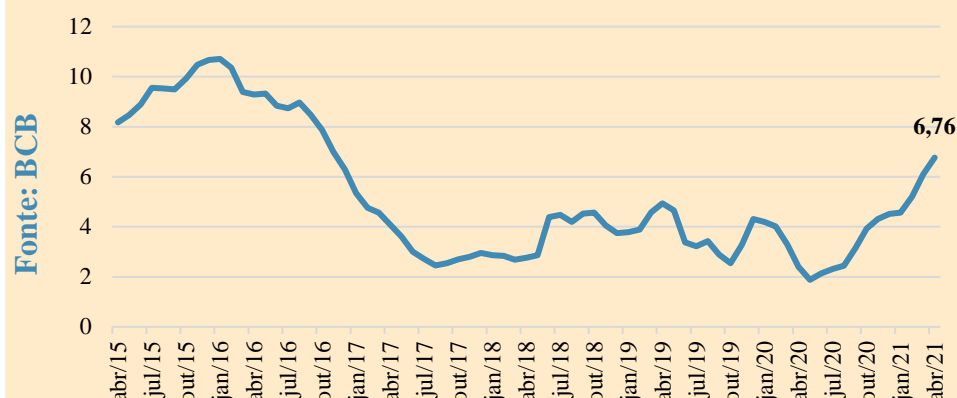
O cenário macroeconômico nacional para o 2º bimestre de 2021, dessa forma, desenha um panorama de recuperação, mas com uma dicotomia quanto a forma e consistência desse processo. A contenção do câmbio como vetor inflacionário poderia auxiliar a retomada do consumo, mas poderia penalizar o crescimento econômico que está pautado no comércio exterior, apesar de mitigar os danos estruturais da pandemia. O preço dos combustíveis também é um vetor de alto risco, cujo elevação mantém o processo inflacionário e é fortalecido pelo câmbio elevado. Embora não tenha como o país impactar os preços internacionais, podem ser tomadas medidas de redução dos tributos federais e outras estratégias que mitiguem o crescimento dos preços – mesmo que medidas de curto prazo ou temporárias. Ainda assim, destaca-se que o planejamento nacional deve envolver a construção de refinarias de modo que, no longo prazo, consiga suprir o déficit energético provocado pela falta de refino de gasolina e combustíveis, amortizando, desse modo, a exposição nacional às oscilações do câmbio e dos preços internacionais do petróleo.



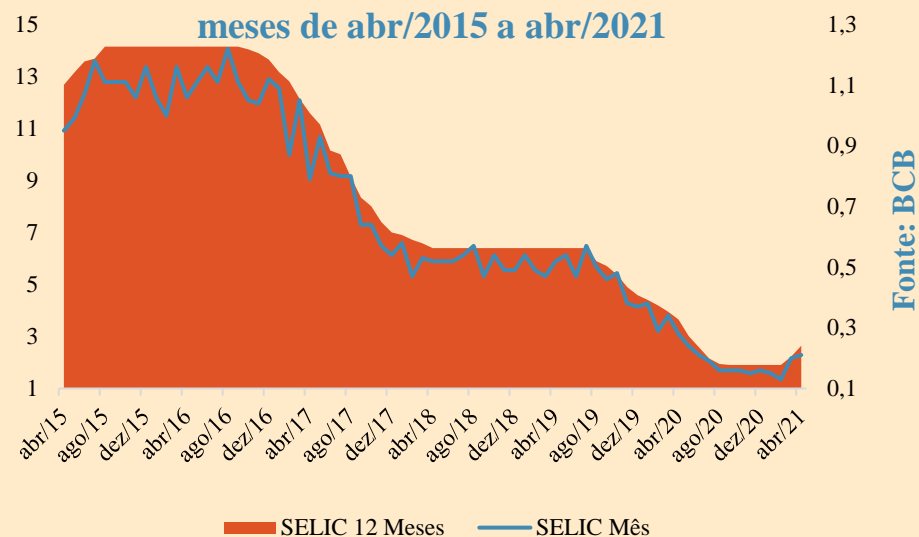
GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

PAINEL 2. INDICADORES MACROECONÔMICOS NACIONAIS

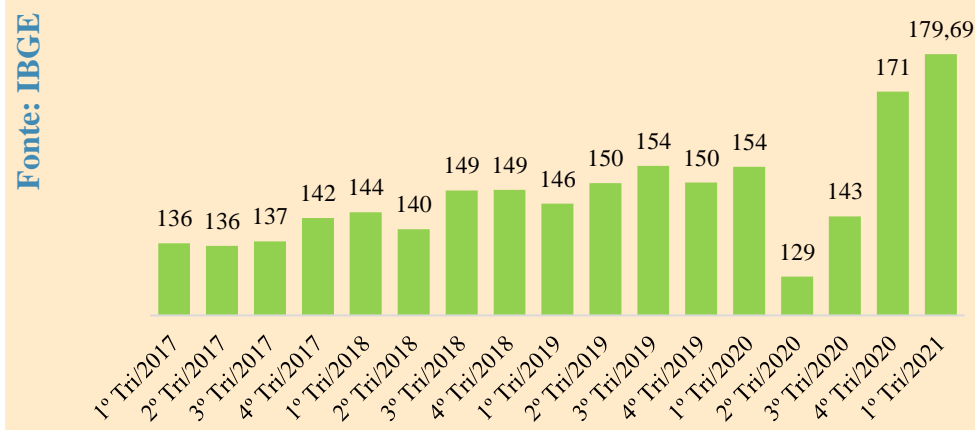
IPCA Acumulado 12 meses de abr/2015 até abr/2021



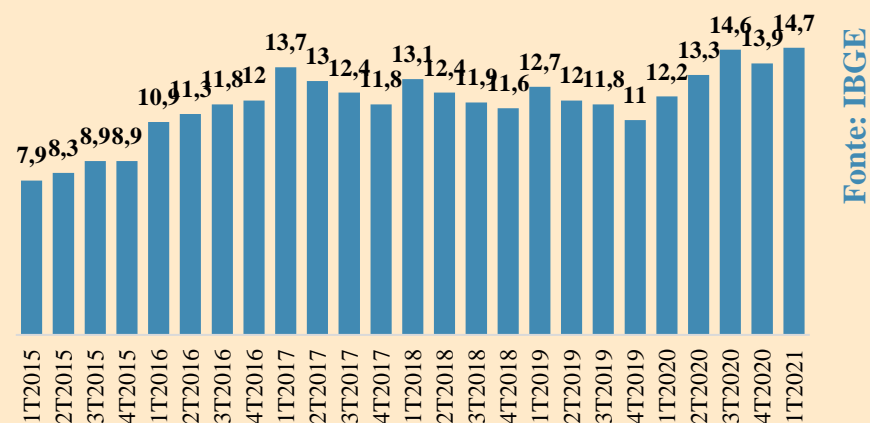
Taxa SELIC Mensal e Acumulada 12 meses de abr/2015 a abr/2021



Formação Bruta de Capital Fixo, do 1º tri de 2017 até o 1º tri de 2021 (Dessazonalizado)



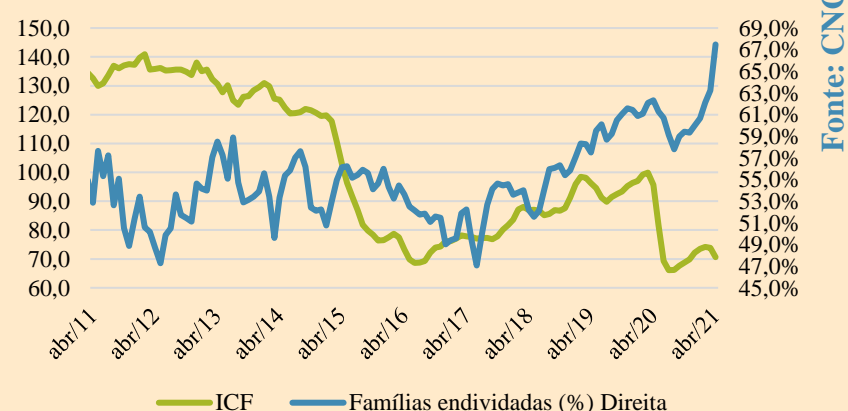
Taxa de Desocupação (%), do 1º tri de 2015 até o 1º tri de 2021



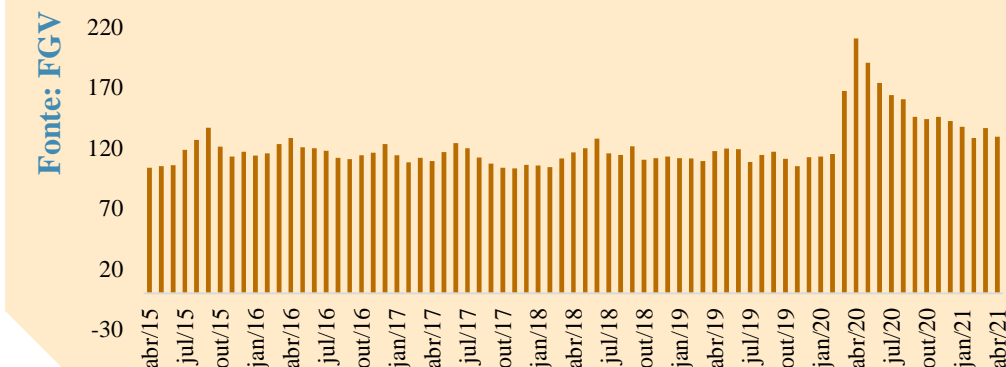
Taxa de Câmbio Livre - Dólar Americano Diário - u.m.c./US\$ (venda)



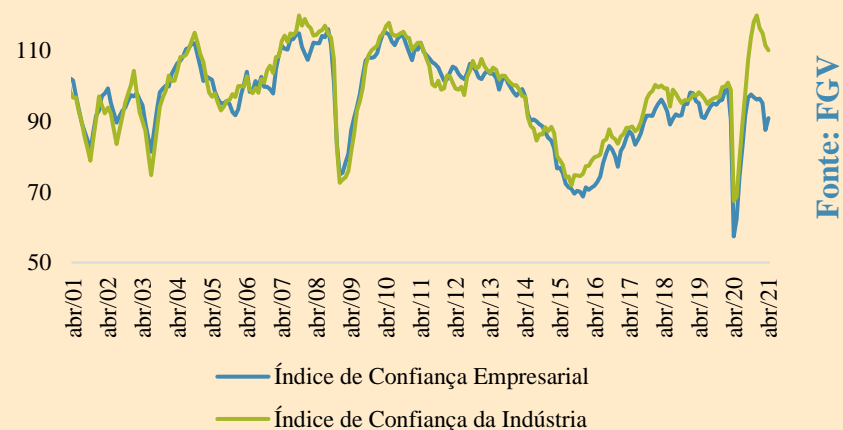
Índice de Consumo das Famílias e % de famílias endividadas de abr/11 até abr/21



Índice de Incerteza da Economia de abr/15 até abr/21

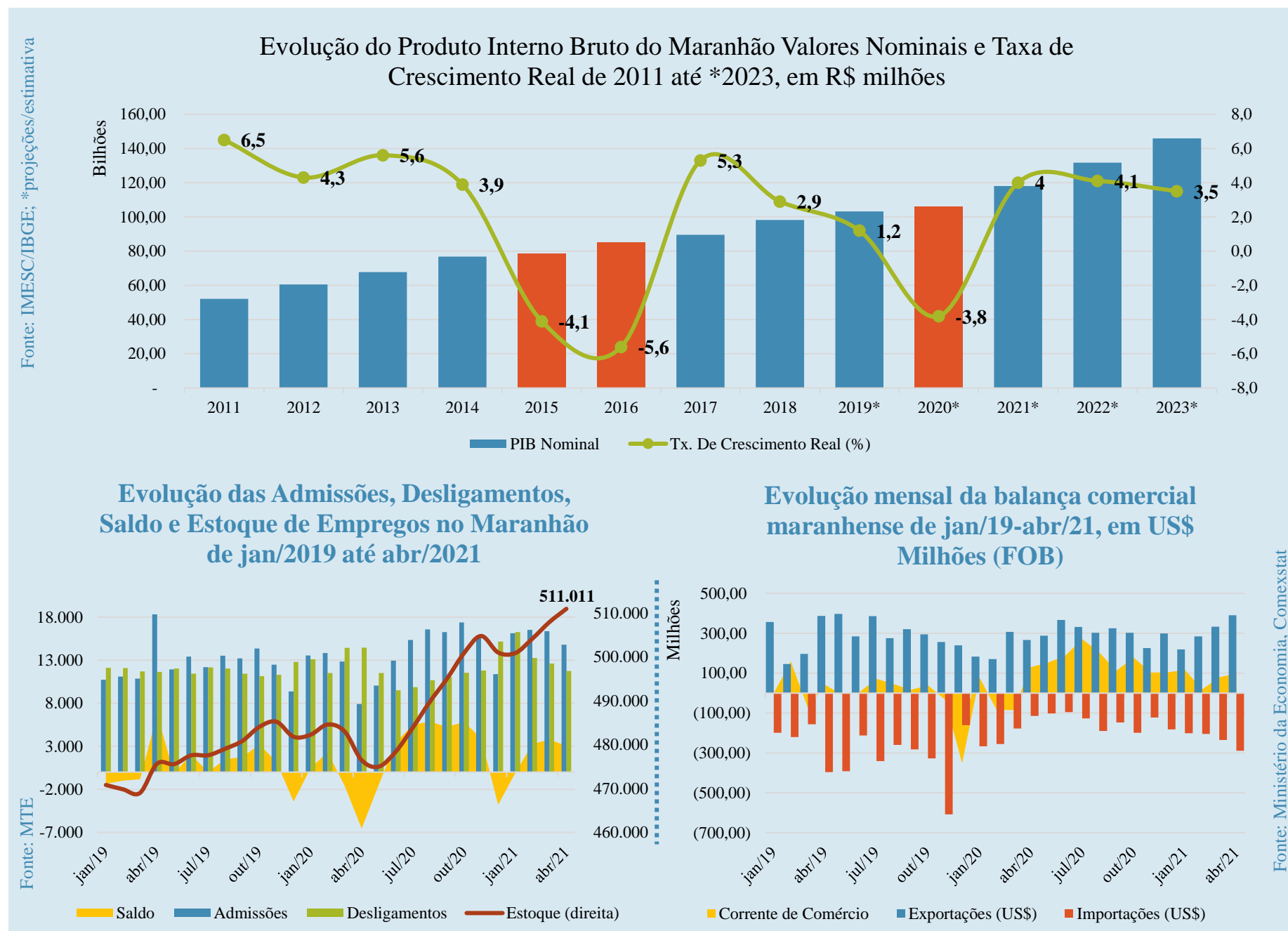


Índices de Confiança do Empresário e da Indústria de abr/01 até abr/21





a. Cenário Estadual



No [Boletim de Conjuntura Econômica do 1º trimestre de 2021](#), o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC revisou o crescimento real do Produto Interno Bruto – PIB do Maranhão para 2021 em -0,5 p.p, reestimando-o para registrar valoração de 4% no ano corrente. Essa revisão para um crescimento mais modesto se deve tanto a retomada da inflação quanto a uma atividade econômica em recuperação ainda lenta e incerta.

A atividade econômica maranhense em 2021 deverá crescer pautada ainda no setor externo, sobretudo, na atividade agropecuária a qual estima-se crescimento de 7%. O setor terciário, deverá começar a se recuperar dos impactos da pandemia – embora ainda haja incertezas quanto a velocidade da recuperação devido ao processo de vacina ainda se encontra em estágios iniciais no Maranhão, não obstante, a expectativa é que o setor mais significativo na economia estadual amplie cerca de 4,2%. No que tange a atividade industrial, a recuperação deverá continuar tímida e está projetada para crescer apenas 1,5%.

É primevo destacar que embora espere-se crescimento no Valor Adicionado Bruto de todos os Setores, o efeito da base fragilizada em 2020 devido ao caos da pandemia da COVID-19 não deve ser recuperado em 2021, sobretudo, devido aos efeitos estruturais que não foram cobertos e a necessidade tanto temporal como de investimentos para regenerar os gargalos sociais e econômicos provocados pelo aumento do desemprego, fechamento de empresas, desestruturação do mercado interno. Em paralelo, as variáveis macroeconômicas como inflação e câmbio têm afetado negativamente a celeridade da retomada do mercado interno, uma

vez que a inflação exerce pressões sobre o consumo e têm efeitos mais fortes nos mais vulneráveis – que são em grande escala dentro do Maranhão.

A redução dos auxílios emergenciais para a população, diante de um desemprego ainda elevado em todo o país, também é um vetor que poderá desacelerar a recuperação. A concentração do crescimento no setor externo – pautado na valorização dos preços internacionais e do câmbio não gerou ganhos estruturais significativos para criação de novos postos de trabalho no País e o caso se repete no Maranhão. Dessa forma, o crescimento do PIB não está refletindo numa melhoria da situação econômica do Estado.

Não obstante é importante ressaltar que a recuperação dos empregos no Maranhão vem sendo positiva em 2021, haja vista que no primeiro quadrimestre do ano registrou saldo de 9.980 postos de trabalho, ocupando, portanto, o terceiro melhor resultado para o Nordeste do país.

No Maranhão, essa recuperação vem sendo resultado de ações de políticas anticíclicas na geração de emprego e no controle da COVID-19. Como resultado, o Maranhão apresentou o melhor desempenho do país no combate à pandemia, com menor número de mortes por milhão de habitantes e uma gestão acelerada para aquisição e disseminação da vacinação. Contudo, atenta-se que ainda há necessidade de manter os gastos públicos para reaquecer a atividade econômica e assegurar a situação de subsistência de inúmeras famílias, o que torna o panorama fiscal essencial vetor para o crescimento do Estado.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

3. Cenário das Finanças Públicas

I) Resultado Primário do Governo Central

RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL - Valores Correntes, em R\$ Milhões

Discriminação	Acumulado até abril		2º bimestre		Acumulado		2º bimestre	
	2020	2021	2020	2021	Var. R\$	Var. %	Var. R\$	Var. %
1. Receita Total	501.689,32	617.619,69	211.928,71	305.731,16	115.930,37	23,1	93.802,44	44,3
1.1 - Receita Administrada pela RFB	323.979,84	402.546,25	131.723,03	191.136,76	78.566,41	24,3	59.413,73	45,1
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-33,84	-	-33,84	-33,84	-	-33,84	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	120.097,45	137.381,27	54.393,60	69.760,91	17.283,82	14,4	15.367,31	28,3
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	57.612,03	77.726,00	25.812,09	44.867,33	20.113,98	34,9	19.055,24	73,8
2. Transf. Por Repartição de Receita	93.759,35	109.317,33	38.094,95	48.349,09	15.557,98	16,6	10.254,14	26,9
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	73.423,88	88.920,85	29.944,25	39.086,82	15.496,97	21,1	9.142,57	30,5
2.2 Fundos Constitucionais	2.725,38	2.222,08	1.549,59	1.386,34	-503,29	-18,5	-163,25	-10,5
2.3 Transferência de Contribuição do Salário Educação	4.812,08	5.021,47	2.044,68	2.132,21	209,39	4,4	87,53	4,3
2.4 Transferências de Exploração de Recursos Naturais	12.205,30	12.759,26	4.335,88	5.615,98	553,96	4,5	1.280,10	29,5
2.5 CIDE - Combustíveis	392,99	168,56	186,58	75,66	-224,42	-57,1	-110,92	-59,4
2.6 Demais	199,73	225,09	33,97	52,08	25,37	12,7	18,10	53,3
3. Receita Líquida (1-2)	407.929,96	508.302,36	173.833,76	257.382,07	100.372,39	24,6	83.548,30	48,1
4. Despesa Total	503.786,88	467.300,39	287.965,47	238.722,16	-36.486,49	-7,2	-49.243,30	-17,1
4.1 Benefícios Previdenciários	206.066,79	213.203,87	106.695,84	108.509,62	7.137,08	3,5	1.813,78	1,7
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	100.152,88	101.527,90	48.804,69	49.415,45	1.375,02	1,4	610,77	1,3
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	123.371,79	86.041,73	89.484,65	44.111,27	-37.330,06	-30,3	-45.373,38	-50,7
4.4 Despesas do Poder Executivo	74.195,42	66.526,90	42.980,29	36.685,82	-7.668,52	-10,3	-6.294,47	-14,6
Sujeitas à Programação Financeira								
5. Primário Governo Central - Acima da Linha (3 - 4)	-95.856,92	41.001,96	-114.131,70	18.659,90	136.858,88	-142,8	132.791,61	-116,3
6. Ajustes metodológicos	2.070,27	506,17	-363,83	-531,73	-1.564,10	-75,6	-167,90	46,1
6.1. Ajuste Metodológico Itaipu	930,54	-	305,37	-	-930,54	-100,0	-305,37	-100,0
6.2 Ajuste Metodológico Caixa - Competência	1.139,73	506,17	-669,20	-531,73	-633,57	-55,6	137,47	-20,5
7. Discrepância Estatística	-1.182,10	- 656,53	950,48	2.075,15	525,57	-44,5	1.124,67	118,3
8. Primário Governo Central - Abaixo da Linha (5 + 6 + 7)	-94.968,75	40.851,60	-113.545,05	20.203,32	135.820,34	-143,0	133.748,37	-117,8
Resultado Primário/PIB (%)¹	-0,04	0,02	-0,05	0,01	-	-	-	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 16,492 bilhões em abril de 2021. Em igual mês do ano passado, o resultado foi um déficit primário de R\$ 93,001 bilhões. O número superou positivamente as expectativas de mercado, apurado pela pesquisa [Prisma Fiscal](#), elaborada pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia. O relatório mensal referente a abril chegou a apontar que haveria resultado primário deficitário em R\$ 19,975 bilhões (mediana) no mês considerado. O número final, no entanto, mostrou resultado superavitário.

A análise da equipe do Tesouro aponta que o resgate da confiança dos agentes econômicos e a melhora das condições financeiras permitiram a retomada da economia brasileira após o forte choque negativo provocado pela COVID-19, o que está agora refletindo em melhora dos números das contas públicas. O Tesouro ressalta, ainda, que os bons resultados dos recentes leilões de concessões comprovam o otimismo dos agentes com a retomada da atividade econômica.

Apesar do cenário mais otimista que o de meses atrás, o Tesouro alerta que ainda há desafios: “A consolidação fiscal e a confiança dos agentes econômicos são fundamentais para manter a recuperação econômica em curso e para construir as condições necessárias para uma economia vigorosa no período pós-crise”, cita análise do [Tesouro](#) sobre a situação atual.

No 2º bimestre de 2021, o Resultado Primário do Governo Central, a preços correntes, foi superavitário em R\$ 18,6 bilhões. A Receita Líquida cresceu R\$ 83,5 bilhões (+48%), enquanto a Despesa Total apresentou redução de -R\$ 49,2 bilhões (-17,1%) quando comparadas ao 2º bimestre de 2020. O decréscimo está relacionado principalmente à redução dos gastos com o enfrentamento à pandemia, que somaram R\$ 17,01 bilhões no bimestre, contra R\$ 60,4 bilhões no mesmo período do ano passado (queda de -R\$ 47,5 bilhões).

O Imposto de Importação registrou variação de +R\$ 3.986,23 milhões; +55,6% no 2º bimestre de 2021. O crescimento é decorrente da elevação de 43,37% no valor em dólar (volume) das importações, crescimento de 4,44% na taxa média de câmbio e aumento de 1,51% na alíquota média efetiva de Imposto de Importação.

O crescimento de +R\$5.106,28 milhões; +67% do IPI foi influenciado pela elevação de 13,92% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado, impulsionado pelo aumento da taxa de câmbio e do volume de importações. Por causa da alta do dólar, o valor importado sobe em reais, impulsionando a arrecadação. Soma-se a isto a elevação de 11,92% na produção industrial de março de 2021 em relação a março de 2020 além do aumento nominal de 148% nas compensações tributárias.

O Imposto sobre a Renda também apresentou variação positiva de +R\$ 23.308,83 milhões; +38,2%. [Segundo o Tesouro Nacional](#), o crescimento é explicado pela elevação no Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (+R\$ 9.639,15 milhões; +96,7%). O crescimento do IRPJ é influenciado pelo incremento de 43,32% na arrecadação referente à estimativa mensal, de 113,89% na arrecadação do balanço trimestral e de 26,49% na arrecadação da declaração de ajuste anual (cujos fatos geradores se referem ao ano de 2020). O crescimento é decorrente da melhora nos lucros de algumas grandes empresas, que haviam projetado valores menores no início do ano e tiveram de fazer a retificação na declaração de ajuste. Para as médias empresas, que declaram pelo lucro presumido, a arrecadação também aumentou².

O Tesouro Nacional também frisa que houve recolhimentos atípicos de, aproximadamente, R\$ 2,8 bilhões no período de janeiro

¹ PIB acumulado no ano (código 4381) - Valores correntes (R\$ milhões). Banco Central do Brasil. Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>.

² Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/receita-arrecadacao-de-r-1097-bilhoes-em-marco-e-menor-desde-2010>>.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOIRO E CONTABILIDADE

a abril de 2020, e de R\$ 12 bilhões, no período de janeiro a abril de 2021.

O COFINS registrou crescimento de +R\$ 16.234,17 milhões; +59,4%. O resultado é consequência principalmente dos seguintes fatores: a) da prorrogação do prazo para o recolhimento da contribuição, de abril para agosto de 2020 (Portaria nº 139, de 3 de abril de 2020), em razão da pandemia relacionada ao coronavírus; b) dos acréscimos reais de 10,1% do volume de vendas (PMC-IBGE) e de 4,5% no volume de serviços (PMS-IBGE) em março de 2021 em relação a março de 2020; c) do crescimento do PIS/Cofins nas importações; e d) do crescimento de 168,56% no volume das compensações tributárias em relação a abril de 2020, segundo relatório do [Tesouro Nacional](#).

A rubrica de Dividendos e Participações apresentou alta de +R\$ 3.056,70 milhões; +241%, resultado em grande parte do recebimento de R\$ 3,0 bilhões da Petrobras em abril de 2021.

O crescimento do FPM / FPE / IPI-EE em +R\$ 9.142,57 milhões; +30,5%, é reflexo da elevação conjunta, em março-abril 2021, dos tributos compartilhados (IR e IPI), quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

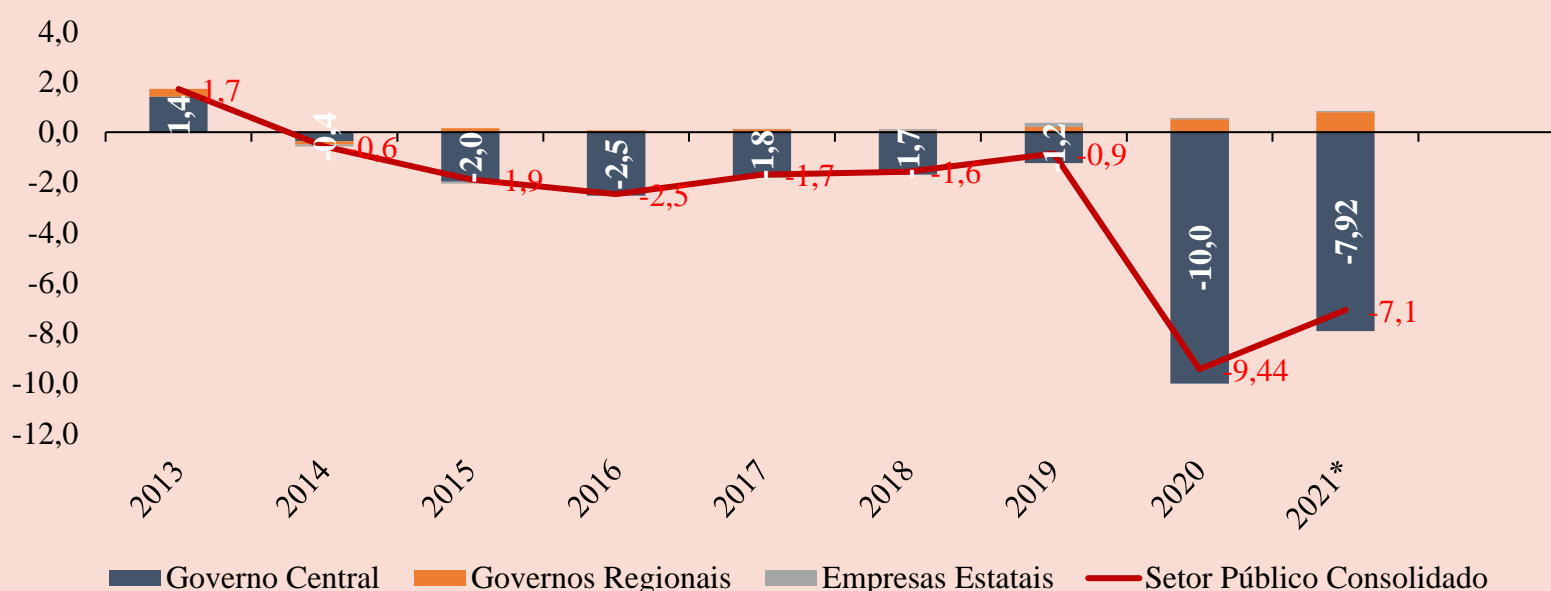
No que se refere aos Créditos Extraordinários (exceto PAC) registrou decréscimo de -R\$ 25.151,77 milhões; -59,7%,

consequente da queda das despesas associadas às medidas de combate ao COVID-19 no mês de abril de 2021, em comparação a abril de 2020. Conforme relatório do [Tesouro Nacional](#), destacam-se a queda com despesas do Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que saiu de R\$35,8 bilhões em 2020 e caiu para R\$ 9,0 bilhões em 2021 e Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios que passou de R\$ 4,8 bilhões em 2020 para R\$ 1,4 bilhão em 2021. O relatório frisa, porém, que essa queda foi compensada parcialmente pelo crescimento de R\$ 1,1 bilhão com despesa referente à aquisição de vacinas.

A queda na rubrica de Discricionárias em R\$ -5.731,17 milhões; -30,7% referente ao mês de abril, teve seu efeito influenciado principalmente pela redução de R\$ 543,0 milhões na função Educação; R\$ 469,7 milhões na função Transporte; e R\$ 448,6 milhões na função Saúde no mês de março e pelo decréscimo de R\$ 3.859,4 milhões na função Saúde no mês de abril.

II) Resultado Primário do Setor Público Consolidado

Evolução do Resultado Primário do Setor Público Consolidado em % do PIB de 2013 até abril de 2021



Fonte: BCB

O setor público consolidado registrou superávit primário de R\$ 24,3 bilhões em abril, contra déficit de R\$ 94,3 bilhões no mesmo período de 2020. Houve superávits primários no governo central, nos governos regionais e nas empresas estatais, de R\$16,3 bilhões, R\$ 7 bilhões e R\$ 1,0 bilhão, respectivamente. Este foi o maior resultado positivo para meses de abril desde o início da série histórica do Banco Central, iniciada em dezembro de 2001, ou seja, em 20 anos. No acumulado de janeiro a abril de 2021, o resultado primário foi positivo em R\$ 75,8 bilhões (2,9% do PIB).

Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, alcançaram receita líquida de R\$5,7 bilhões em abril de 2021, frente déficit de R\$ 21,5 bilhões em abril de 2020. Segundo relatório de Estatísticas Fiscais do [Banco Central](#), essa evolução foi resultado das operações de *swap* cambial³, com ganho de R\$ 30,4 bilhões em abril de 2021 ante perda de R\$8,3 bilhões em abril de 2020.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, também foi superavitário, alcançando o valor de R\$ 30,0 bilhões em abril de

2021. Ainda conforme relatório do [Banco Central](#), no acumulado dos últimos doze meses, o déficit nominal alcançou R\$ 827,2 bilhões (10,76% do PIB), reduzindo-se em relação ao acumulado até março, R\$973,0 bilhões (12,87% do PIB).

Em abril, o déficit primário do governo central alcançou 7,9% do PIB. A projeção do [Instituição Fiscal Independente \(IFI\)](#) contempla, para 2021, déficit primário do Governo Central em R\$ 197 bilhões (2,3% do PIB) e, para o setor público consolidado, déficit primário de R\$ 181,0 bilhões.

A Dívida Líquida do Setor Público Consolidado atingiu R\$4.655,5 bilhões (60,5% do PIB) em abril, redução de 0,6 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. O resultado é decorrente dos impactos do superávit nominal (redução de 0,4 p.p.), do ajuste de paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida (redução de 0,1 p.p.), do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 1,0 p.p.) e da valorização cambial de 5,2% no mês (aumento de 1,0 p.p.). No ano, a relação DLSP/PIB reduziu-se 2,2 p.p., evolução decorrente, do superávit primário acumulado (redução de 1,0 p.p.), da desvalorização cambial acumulada de

³ O *swap* cambial é a venda de dólares no mercado futuro. Os resultados dessas operações são transferidos para o pagamento dos juros da dívida pública, como receita, quando há ganhos, e como despesa, quando há perdas.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

4,0% (redução de 0,7 p.p.), do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 2,0 p.p.), e dos juros nominais apropriados (aumento de 1,5 p.p.).

A Dívida Bruta do Governo Geral, que compreende governo federal, INSS e governos estaduais e municipais alcançou R\$ 6.665,3 bilhões em abril, correspondente a 86,7% do PIB e redução de 2,2 p.p. do PIB em relação a março. Essa evolução foi consequente, principalmente, dos resgates líquidos de dívida (redução de 0,8 p.p.), do efeito da valorização cambial no mês

(redução de 0,3 p.p.), do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 1,5 p.p.), e do acréscimo de juros nominais (aumento de 0,4 p.p.). No ano, a redução de 2,2 p.p. na relação DBGG/PIB decorre, em grande parte, dos resgates líquidos de dívida (redução de 1,3 p.p.), do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 2,8 p.p.), da desvalorização cambial acumulada (aumento de 0,2 p.p.) e da incorporação de juros nominais (aumento de 1,7 p.p.), conforme relatório de Estatísticas Fiscais do [Banco Central](#).

III) Finanças Públicas Maranhenses

a. Receitas

Comparativo das Receitas Estaduais do Maranhão do 2º bimestre de 2020 e 2021 e acumulados até o período - Valores em milhões, variação em (%)

Rótulos de Linha	Acum. do ano Jan- Abr		2º Bimestre		Var. Absoluta		Var. %	
	2020	2021	2020	2021	Acum. Do Ano	Bimestre	Acum. Do Ano	Bimestre
Receitas Correntes	6.776,82	7.926,84	2.953,30	3.745,50	1.150,02	792,19	16,97	26,82
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.104,49	3.664,86	1.374,04	1.679,40	560,37	305,36	18,05	22,22
ICMS	2.636,23	3.100,49	1.170,88	1.426,03	464,26	255,14	17,61	21,79
IPVA	211,28	237,79	65,23	105,55	26,51	40,32	12,55	61,81
ITCD	5,94	9,67	1,56	4,55	3,73	2,98	62,92	190,55
IRRF	148,22	199,67	97,01	83,75	51,46	-13,26	34,72	-13,67
Taxas	102,83	117,24	39,35	59,52	14,42	20,17	14,02	51,27
Outros Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-236,36
Contribuições	139,50	189,01	109,71	117,27	49,52	7,57	35,50	6,90
Receita de Serviços	0,20	0,65	0,16	0,59	0,45	0,43	224,45	271,23
Receita Patrimonial	28,98	18,36	19,77	10,86	-10,62	-8,91	-36,66	-45,06
Transferências Correntes	3.461,25	3.994,92	1.429,23	1.907,82	533,67	478,59	15,42	33,49
CIDE	12,31	5,57	6,12	2,45	-6,74	-3,66	-54,75	-59,89
FPE	2.529,63	3.034,56	1.029,46	1.327,44	504,92	297,98	19,96	28,95
SUS	206,87	204,29	123,32	92,30	-2,58	-31,02	-1,25	-25,15
FUNDEB	556,48	619,34	200,42	411,07	62,86	210,66	11,30	105,11
Outras Transferências Correntes	155,95	131,16	69,91	74,55	-24,79	4,63	-15,90	6,63
Outras Receitas Correntes	42,41	59,04	20,39	29,55	16,63	9,15	39,21	44,89
Receitas Correntes - INTRA	129,80	245,67	92,15	195,99	115,86	103,85	89,26	112,70
Receitas de Capital	97,34	4,41	39,84	-16,20	-92,93	-56,04	-95,47	-140,67
Operações de Crédito	46,16	2,83	7,26	-17,67	-43,33	-24,93	-93,87	-343,30
BID/PROFISCO	7,26	1,80	7,26	1,30	-5,46	-5,96	-75,17	-82,06
Banco do Brasil/BNDES/Gov. do Estado	38,90	0,00	0,00	-20,00	-38,90	-20,00	-100,00	0
Caixa Econômica Federal	0,00	1,03	0,00	1,03	1,03	1,03	0	0
Alienação de Bens	1,24	1,32	0,37	1,32	0,08	0,95	6,16	255,05
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
Transferências de Capital	0,14	0,26	0,00	0,15	0,12	0,15	87,75	0
Outras Receitas de Capital	49,80	0,00	32,20	0,00	-49,79	-32,20	-99,99	-100,00
Receitas Intra Orçamentárias de Capital	0,00	105,45	0,00	2,70	105,45	2,70	0	0
Deduções (-)	1.608,43	1.917,18	674,45	872,84	308,74	198,39	19,20	29,42
Total Geral	5.395,53	6.365,19	2.410,83	3.055,15	969,66	644,31	17,97	26,73

Fonte: SEPLAN/MA

No 2º bimestre de 2021 as Receitas Correntes apresentaram variação de positiva de +26,82% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Dentro deste grupo, o ICMS registrou crescimento de +21,79% no 2º bimestre de 2021. Em relação ao mesmo período do ano passado, os números mostram a recuperação de arrecadação, que mesmo com o atual quadro sanitário vivenciado no Estado do Maranhão, mantém-se crescentes.

O IPVA cresceu +61,81% no 2º bimestre de 2021. Em relação a este último, vale lembrar que a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), objetivou beneficiar 755 mil contribuintes quando realizado pagamento de cota única com desconto até 31 de maio do corrente ano.

No 2º bimestre, o Imposto Sobre Transmissão “causa mortis” e Doação de Bens e Direitos ou ITCD, cresceu +190,55% frente ao mesmo período de 2020. Por outro lado, o IRRF teve queda de -13,67% no período considerado.

As Transferências Correntes também registraram crescimento de +33,49% no bimestre considerado, frente ao mesmo período do ano anterior. Dentro deste grupo, o FPE tem mostrado recuperação na arrecadação, ao apresentar crescimento de +28,95% no 2º bimestre de 2021 se comparado ao mesmo período de 2020. Seguindo a mesma tendência, as transferências do

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) também registraram crescimento de +105,11%. Os novos valores do Fundo para o exercício de abril a dezembro de 2021 foram publicados na edição do Diário Oficial da União, DOU, do dia 31 de março, segundo [Portaria Interministerial 1/2021](#) dos Ministérios da Educação e da Economia. Está previsto o repasse aproximado de R\$ 176,3 bilhões para o exercício de 2021 e o estado do Maranhão deve receber cerca de R\$ 7,2 bilhões do Fundo.

Destaque também para a rubrica de Outras Receitas Correntes que cresceu +44,89% no bimestre considerado, ante ao mesmo período de 2020. As Receitas Correntes – INTRA cresceram +112,70%. Por outro lado, as Receitas de Capital caíram -140,67% no 2º bimestre, influenciado em grande parte pelo decréscimo nas Operações de Crédito do Mercado Interno.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

i. **Receitas de Transferências**

No período considerado, o FPE manteve crescimento na arrecadação em relação ao 2º bimestre do ano anterior (+R\$ 297,98 milhões). O boletim mensal divulgado pelo [Tesouro Nacional](#), informa que em abril de 2021 os repasses aos Fundos de Participação (FPE/FPM) de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil cresceram 4,5% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda – IR no período de 21/03/2021 a 20/04/2021. Ou seja, o crescimento do FPE é decorrente da melhora na arrecadação das receitas estaduais, que influenciam no cálculo e nos repasses para cada Estado.

Já as transferências referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS) registraram queda de -25,15% em relação ao mesmo período do ano anterior. O ano de 2020 registrou repasses maiores por conta do início da pandemia da covid-19, e consequentemente em virtude dos auxílios financeiros, o que explica a variação no período considerado. No 2º bimestre de 2020, as transferências do SUS somaram R\$ 123,32 milhões, complementados em grande parte com recursos direcionados à Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, totalizando R\$ 119,4 milhões. No mesmo período de 2021, as transferências caíram para R\$ 92,30 milhões (-R\$ 31 milhões). A complementação para a

mesma rubrica citada anteriormente, totalizou R\$ 87,3 milhões (-R\$ 32,1 milhões), influenciando de forma significativa na queda da receita.

Como citado anteriormente O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), divulgou no final de março o cronograma de repasses dos recursos da União para o FUNDEB. A estimativa de receita para o Maranhão é de R\$ 7,2 bilhões conforme [Anexo I](#) disponível no site do FNDE. Já para as maiores cidades do Estado, a valer: São Luís deve receber R\$ 418 milhões, Imperatriz, R\$ 177 milhões, Caxias com previsão de R\$ 132 milhões e São José de Ribamar na casa dos R\$ 130 milhões para o exercício de abril a dezembro de 2021 de acordo com o [FNDE](#). Esta estimativa reflete a recuperação de impostos que compõem o Fundo que são o ICMS, o FPE e FPM. Em 2020, a queda foi significativa em decorrência da pandemia da Covid-19.

O valor mínimo nacional por aluno/ano (VAAF), correspondente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, estimado para 2021 é de R\$ 3.768,22 e representa um aumento de 12,5% em relação ao valor da última estimativa do Fundeb em 2020, que foi de R\$ 3.349,56, como mostra nota da [Confederação Nacional dos Municípios](#). A complementação da União prevista na Portaria Interministerial 01/2021 refere-se à modalidade de complementação-VAAF, que equivale a 10% do montante total da contribuição de Estados, DF e Municípios ao Fundeb. O Maranhão está entre os 11 estados que receberam tal complementação.

ii. **Receitas Tributárias**

Com o impulso do comércio atacadista e varejista do setor alimentício, o [ICMS](#), resiste às incertezas do cenário pandêmico e mantém saldo positivo no 2º bimestre de 2021. O setor alimentício, como bem se sabe, apesar da crise, continua em destaque na arrecadação das receitas, conforme observa-se na análise de [relatórios anteriores](#). Soma-se a isto a boa performance do Comércio Atacadista de Alcool Carburante, decorrente principalmente da combinação de dólar alto e do aumento da cotação internacional. Além do ICMS, a arrecadação de Receitas

de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, IPVA e outras Taxas também contribuíram para a melhora na arrecadação, mostrando que a tendência para o ano de 2021 é de recuperação econômica. Espera-se que esse cenário positivo se concretize e que essa retomada possibilite ao Estado a melhor distribuição e aplicação dos recursos no tocante à melhora da qualidade de vida da população maranhense, que assim como a população dos demais estados brasileiros, também sofreu as consequências da crise provocada pela pandemia da Covid-19.

Arrecadação de ICMS por Setor e Grupo de Atividade Econômica, valores nominais em R\$ Milhões – Acumulado de jan. a abr. de 2020 e 2021 e 2º bimestre de 2020 e 2021

Setor Econ. e Grupo de Atividade	Acumulado do Ano		2º Bimestre		Var. Absoluta		Var. %	
	2020 (a)	2021 (b)	2020 (c)	2021 (d)	(b)-(a)	(d)-(c)	(b)/(a)	(d)/(c)
Primário	16,72	20,69	7,28	11,05	3,97	3,77	23,7	51,8
Agricultura	4,02	4,78	2,08	2,63	0,76	0,55	18,8	26,5
Pecuária	12,09	15,03	4,98	8,18	2,94	3,21	24,3	64,4
Pesca e Aquicultura	0,17	0,25	0,07	0,12	0,08	0,04	48,7	57,7
Produção Florestal	0,44	0,63	0,15	0,13	0,19	-0,03	44,2	-17,6
Secundário	1.121,65	1.279,81	483,20	599,86	158,15	116,66	14,1	24,1
Combustível	716,74	783,11	310,74	382,48	66,38	71,74	9,3	23,1
Energia Elétrica	15,77	12,13	11,24	10,08	-3,64	-1,16	-23,1	-10,3
Indústria de Transformação	378,53	476,48	156,19	203,69	97,95	47,50	25,9	30,4
Indústria Extrativista	9,33	5,49	4,57	2,46	-3,84	-2,11	-41,2	-46,3
Indústria - Outras	1,29	2,59	0,46	1,15	1,31	0,69	101,2	151,0
Terciário	1.457,46	1.752,19	660,55	786,26	294,72	125,70	20,2	19,0
Combustível	184,35	152,76	85,25	57,78	-31,59	-27,46	-17,1	-32,2
Comércio Atacadista	395,35	531,35	188,71	264,18	135,99	75,47	34,4	40,0
Comércio Varejista	350,64	460,32	137,95	197,57	109,68	59,62	31,3	43,2
Energia Elétrica	290,15	307,58	136,32	145,75	17,43	9,44	6,0	6,9
Outros Serviços	31,87	43,22	14,44	20,74	11,35	6,30	35,6	43,7
Serviços de Comunicação	131,98	185,49	65,74	67,43	53,51	1,70	40,5	2,6
Serviços de Transporte	73,12	71,46	32,16	32,80	-1,66	0,64	-2,3	2,0
TOTAL	2.595,84	3.052,69	1.151,03	1.397,17	456,85	246,14	17,6	21,4

Fonte: BI-SEFAZ/MA



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

No acumulado até abril, o Setor Terciário apresentou saldo positivo +294,72% em relação ao acumulado do ano anterior. O setor também manteve destaque no 2º bimestre de 2021, crescendo +19% em relação ao 2º bimestre de 2020. Os grupos que tiveram maiores pesos no resultado foram:

- O Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios (+R\$ 5,56 milhões; Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante (+R\$ 6,95 milhões; +R\$ 57,3%): Em decorrência das restrições de funcionamento de bares e o medo de contágio da Covid-19, o consumo de cerveja, chope e refrigerante migrou para dentro das casas. Em relação ao consumo de cerveja, o primeiro trimestre de 2021 mostrou um resultado superior em relação ao mesmo período do primeiro ano da pandemia. Na Ambev, responsável por cerca de 60% do mercado de cervejas no Brasil, o volume de vendas da bebida cresceu 16% no 1º trimestre na comparação anual, com a marca Becks crescendo três dígitos e a Corona com avanço de quase 50%. A previsão para 2021 é que o consumo de cerveja continuará a crescer, mas em ritmo menor em razão das incertezas em relação ao controle da pandemia, avanço da vacinação contra o coronavírus e ritmo de recuperação da economia.

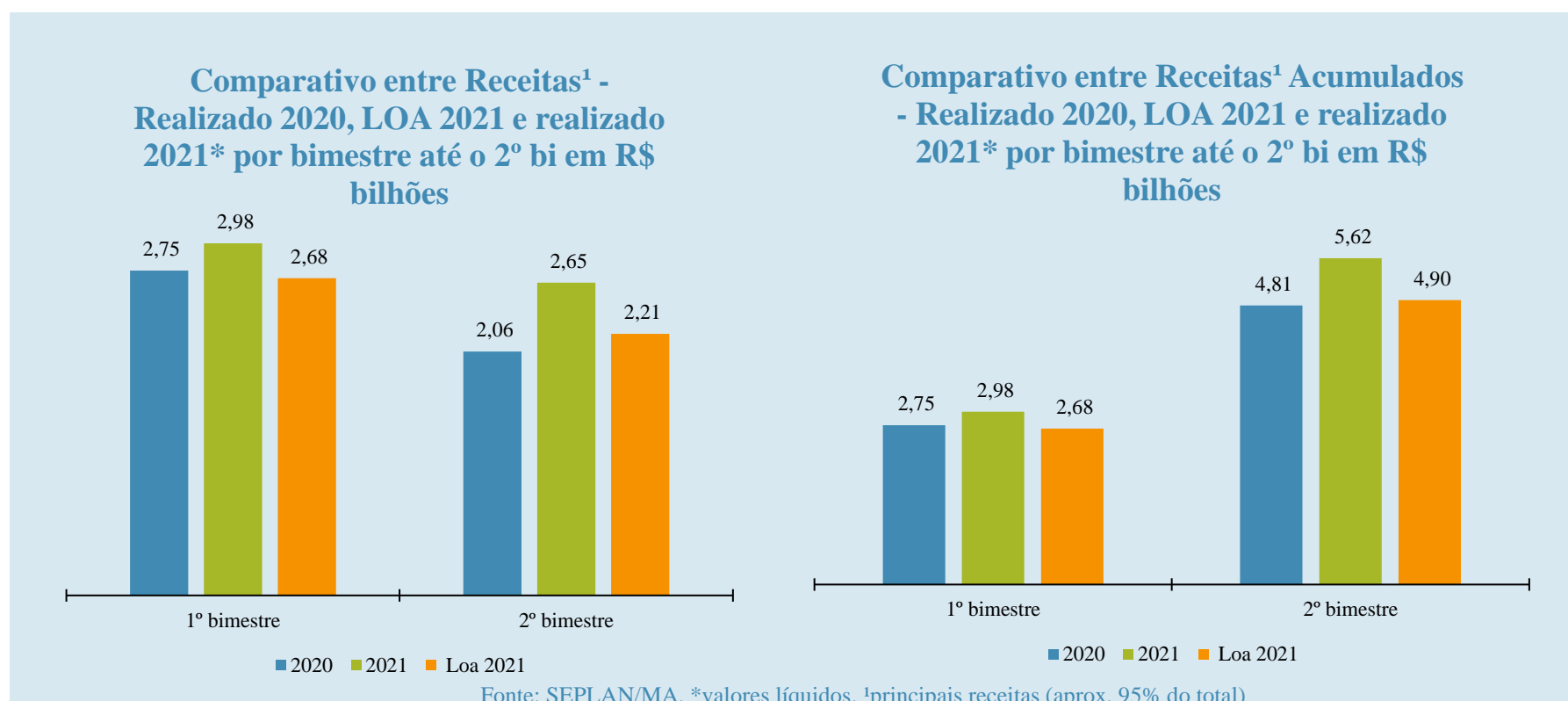
+17%): Embora a economia ainda se encontre em um momento delicado, e apesar dos desdobramentos negativos ocasionados pela crise pandêmica em relação à emprego e renda, o setor de alimentos é essencial para as famílias. E mesmo quando o setor apresenta perdas, ele sempre será o último a sofrer e sempre o primeiro a se recuperar.

A [Euromonitor](#) projeta uma elevação de 2,7%, para um total de 13,7 bilhões de litros – número ainda abaixo do recorde de 2014.

- O Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados: (+R\$ 12,47 milhões; +R\$ 32,5%): O setor indica recuperação e cresce consideravelmente em relação ao 2º bimestre do ano passado.

- Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios: (+R\$ 6,03 milhões; +R\$ 51,7%): No ano passado com a crise pandêmica, evidenciou-se uma restrição nas vendas por conta das medidas de isolamento e a dificuldade das pessoas de saírem porque não estavam vacinadas. Em 2021, com o processo de imunização em massa e a retomada do comércio, houve um aumento de vendas neste setor.

iii) Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2020



Tratando-se das receitas, os dois primeiros bimestres de 2021 foram extremamente positivos comparado com as expectativas de junho de 2020 que refletem as estimativas da Lei Orçamentária Anual 2021. As principais receitas realizadas somaram R\$ 5,62 bilhões no acumulado até o segundo bimestre, contra R\$ 4,81 bilhões do ano passado e R\$ 4,9 bilhões da LOA 2021.

No acumulado dos quatro primeiros meses, em relação a LOA 2021, observa-se excesso orçamentário de receita no montante de R\$ 724.737.265,34. Nesse panorama, destacaram-se positivamente a arrecadação de ICMS e ITCD e as transferências de FPE, FUNDEB e do SUS.

No que tange aos diretamente arrecadados, o ICMS cresceu sobretudo puxado pelo efeito do preço dos combustíveis e lubrificantes, do câmbio ainda elevado e da recuperação da atividade econômica no segundo bimestre – que em 2020 já registravam impactos negativos da COVID-19.

No que tange as transferências da União, o FPE é reflexo da recuperação da capacidade de arrecadação tributária da União –

que vem acontecendo desde o final de 2020. Para o FUNDEB, as mudanças estruturais do “novo FUNDEB” e o recálculo dos coeficientes como já foram mencionados em edições anteriores e no tópico **Receitas de Transferências** são as causas de seu aumento.

Para o SUS, a ampliação dos repasses deriva tanto da arrecadação da União, da necessidade de manter as políticas para o combate da pandemia e assistência de saúde, como da própria ampliação da base de cálculo que está vinculada aos indicadores de atendimento pela rede estadual de saúde – que sofreu forte ampliação estrutural durante a pandemia.

Ainda que as receitas registrem melhoras em relação ao orçamento do Estado, deve-se atentar que as despesas poderão sofrer oscilações não esperadas, sobretudo, visando manter as ações de políticas voltadas para acelerar a atividade econômica. Ações voltadas para recuperar o poder de compra das famílias, distribuição de renda, redução dos impactos da COVID-19, manter a recuperação dos empregos e acelerar o processo de vacinação. Não obstante os gargalos socioeconômicos supracitados, o



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

Maranhão ainda carece de investimentos em infraestruturas que em momento crucial tornam-se ainda mais importantes para recuperar a economia no longo prazo.

Outros gargalos para as despesas é a atenção que deve ser direcionada para o crescimento da dívida em dólar - com o Bank of América, que está excessivamente elevada quando comparado com o período de início do contrato, sobretudo, devido à desvalorização

da moeda nacional, e, a ampliação da manutenção da infraestrutura de saúde que se expandiu substancialmente em 2020.

Nessa vertente, deve-se observar que caso o câmbio caminhe no sentido contrário, a arrecadação de ICMS poderá arrefecer, efeito que será similar, caso os preços internacionais do petróleo voltem à patamares mais baixos. Embora espere-se que, mesmo nesses casos, não haja frustração da receita.

Excesso/frustração por bimestre e acumulado 2021* realizado x Orçado na LOA 2021

Principais receitas	1º bimestre	2º bimestre	Ano
ICMS	228.977.907,81	112.984.688,12	341.962.595,93
IR	21.712.011,49	-46.126.308,96	- 24.414.297,46
ITCD	1.925.507,45	1.474.072,85	3.399.580,30
IPVA	-10.910.528,84	-18.815.085,58	-29.725.614,42
CIDE	-2.845.978,90	- 3.007.537,74	-5.853.516,64
Taxas	-17.854.099,18	- 9.260.452,15	-27.114.551,33
FPE	200.043.766,90	153.897.235,88	353.941.002,78
FUNDEB	-160.161.459,03	200.005.926,05	39.844.467,02
SUS	32.528.133,14	40.169.466,02	72.697.599,16
Total	293.415.260,84	431.322.004,50	724.737.265,34

Fonte: SEPLAN/MA. *valores líquidos

b) Despesas

Comparativo das Despesas Estaduais do Maranhão do 2º bimestre de 2020 e 2021 e acumulados até o período – Valores em milhões, variação em (%)

Descrição das Despesas¹	Acumulado		2º bimestre		Var. %		Var. Absoluta	
	2020	2021	2020	2021	jan-abr 21/ jan-abr 20	2º bi21/ 2º bi20	jan-abr 21 - jan-abr 20	2º bi21 - 2º bi20
Despesas Correntes	4.360,72	5.510,75	2.299,49	3.006,97	26,37	30,77	1.150,03	707,48
Pessoal, e Encargos Sociais	2.494,80	2.887,07	1.353,00	1.608,71	15,72	18,90	392,27	255,71
Juros e Encargos da Dívida	107,56	131,79	11,01	39,93	22,52	262,77	24,23	28,92
Outras Despesas Correntes	1.758,36	2.491,89	935,49	1.358,33	41,72	45,20	733,53	422,84
Despesas de Capital	578,16	1.036,30	304,34	565,71	79,24	85,88	458,15	261,38
Investimentos	325,02	626,42	283,01	477,09	92,73	68,58	301,39	194,08
Inversões Financeiras	10,75	56,40	-	24,22	424,80	0	45,66	24,22
Amortização da Dívida	242,38	353,48	21,33	64,40	45,83	201,99	111,10	43,08
Total Geral	4.938,88	6.547,05	2.608,83	3.572,68	32,56	37,21	1.608,18	968,85

Fonte: SEPLAN/MA ¹ Despesas empenhadas até o período – Podem sofrer atualizações ao longo do ano devido ao processo de regularização

Na esteira do processo de vacinação da população e da retomada das atividades, o governo do Maranhão no 2º bimestre movimentou-se na direção da recuperação da economia estadual, o que implica em medidas anticíclicas que ensejam um aumento significativo do gasto público visando recuperar o crescimento econômico. Dentro destes gastos é possível citar as obras de infraestrutura viária, que fomentam a melhoria no escoamento de produção, além de acelerar a chegada de insumos que atendem a população mais fragilizada pela crise sanitária; a gama de auxílios financeiros entregues também contribui no sentido de recuperação da demanda agregada. Tais iniciativas possuem suporte no amplo investimento público na vacinação da população maranhense, que totalizou no 2º bimestre de 2021 mais de 1 milhão de doses aplicadas, tendo recebido 158.700 doses de vacinas somente no mês de março, utilizando parte dos R\$ 50 milhões reservados para aquisição de imunizantes no final de 2020.

Na comparação com o 2º bimestre do ano anterior, as despesas totais registraram crescimento de R\$ 968 milhões (+37,2%) que são, de modo holístico, explicadas pelo contexto distinto que a economia vivia nos dois períodos, considerando que a partir do 2º bimestre de 2020 que a pandemia começou a ter seus primeiros efeitos e as primeiras medidas restritivas foram

implementadas, ao passo que o contexto do período análogo em 2021 é da já citada retomada econômica, e o incremento nas despesas reflete o cumprimento do papel do estado de redistribuir renda e fomentar a atividade econômica. Isso é reforçado pelo valor do acumulado de janeiro a abril nos dois exercícios, no qual foi registrado crescimento de R\$ 1,6 bilhão (+32,5%).

As Despesas Correntes e de Capital assinalaram no 2º bimestre do ano corrente, aumentos de R\$ 707 milhões (+30,7%) e R\$ 261 milhões (+85,8%), respectivamente, em contraposição ao mesmo período em 2020. Em termos absolutos, as Despesas com Pessoal usualmente assumem a frente dos gastos correntes (R\$ 2,8 bilhões) e as Outras Despesas Correntes lideram a variação em termos absolutos (+R\$ 422,84 milhões), no entanto, em números relativos a maior variação é a dos Juros e Encargos da Dívida (+262%), tal grupo de despesa está relacionado com o de Amortização da Dívida das Despesas de Capital (A soma dos dois é o Serviço da Dívida) que também registrou variação positiva de R\$ 43 milhões (+202%), a maior parte destes valores no bimestre referem-se à dívida interna do estado cuja maior parcela se refere às dívidas do estado com o BNDES, como as operações de crédito efetuadas pelo estado para com o Banco, além do PROINVESTE, também do BNDES, programa do Governo Federal que visa a



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

ampliação da capacidade de investimentos do setor público das Unidades Federativas, no caso do Maranhão, refere-se especificamente a uma dívida contraída com o banco entre 2013 e 2014 para o financiamento do programa Viva Maranhão, o programa possui taxa de juros de longo prazo de 5,5%.

Com relação às Despesas com funcionalismo público, o 2º bimestre de 2021 contabilizou aumento de R\$ 255 milhões (+19%) em relação ao mesmo período em 2020 e variação de R\$ 392 milhões (+15,7%) quando compara-se o acumulado de janeiro a abril de ambos os exercícios. Estes podem ser atribuídos principalmente a problemas de regularização de pagamentos, sendo a SEDUC e a SEDES os órgãos que apresentam maiores problemas de defasagem no que se refere à regularização no sistema das despesas, sobretudo com pessoal.

O grupo de Outras Despesas Correntes referem-se principalmente às despesas de manutenção da máquina pública, ou despesas de custeio, e, nesse segmento, o carro-chefe do aumento foi para a Saúde, que, em função da pandemia e consequentemente da grande expansão da infraestrutura de saúde do estado ocorrida nos últimos anos, e, destacadamente no ano passado, teve suas despesas com custeio alavancadas. Isso explica, o incremento no 2º bimestre, comparado com o mesmo período em 2020, de R\$ 263 milhões (+61,2%) e na comparação entre o acumulado anterior desses mesmos períodos de R\$ 458 milhões (+58,12%), mantendo a Secretaria de Estado da Saúde (SES) na ponta das despesas de custeio. O segundo lugar é ocupado pela Educação, que se manteve na posição apesar da redução de despesas no acumulado até o bimestre quando comparado com o ano passado, no valor de R\$ 14,3 milhões (-9,84%), mas ao mesmo tempo registrando crescimento quando observado em relação aos dois bimestres dos dois exercícios, onde o aumento é de R\$ 8,3 milhões (+10,8%). Isso indica que há preparação para a retomada das atividades a partir do 3º bimestre, movimento que tem suporte no processo de vacinação dos profissionais de educação que ocorreu a partir do mês de abril. A preparação envolve a aquisição de materiais e locação de mão-de-obra, locação de equipes de limpeza que contribuem para a organizar a infraestrutura, antes ociosa, para a gradual retomada das atividades presenciais, além, claro dos já citados problemas referentes à regularização e registro de despesas no 1º bimestre.

Na análise dos Investimentos, a SINFRA assume o protagonismo, uma vez que tanto no começo do ano de 2021 quanto no 2º Bimestre, as Obras de Infraestrutura exerceram grande peso na despesa pública estadual. O Investimento de modo geral teve aumento de R\$ 194 milhões (+68,6%) quando comparados o

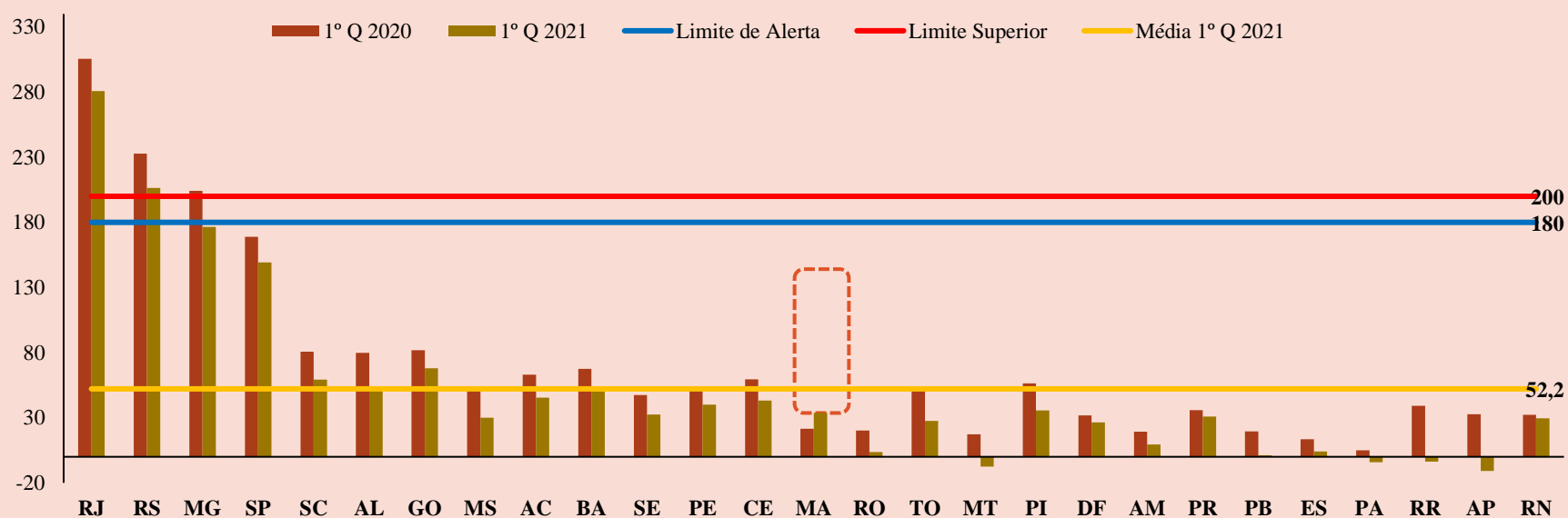
2º bimestre em 2020 com o de 2021, e, valoração de R\$ 301 milhões (+92,7%) quando analisado sob a perspectiva do acumulado até o 2º bimestre nos dois exercícios.

A SINFRA, que lidera a despesa com investimentos em termos absolutos, assinalou aumentos de R\$ 121 milhões (+76,4%) na comparação com o mesmo bimestre no exercício anterior e de R\$ 205 milhões (+118,7%) na comparação dos acumulados até o bimestre. Dentre as diversas obras de infraestrutura empreendidas, é possível citar as obras de conservação e manutenção de rodovias regionais como as de Colinas, Imperatriz, Bacabal, Codó, Santa Inês; construção de pontes como a Ponte Central de Bequimão e pontes em Timbiras e São Félix de Balsas, além de obras relacionadas à pavimentação de vias públicas em geral, reforma e construções de logradouros públicos (lembrando que construções de hospitais e escolas, bem como outras construções públicas, que também são considerados investimentos da Secretaria de Infraestrutura).

No que se refere às fontes de onde provém os recursos para a execução dos investimentos, a maior fatia advém dos Recursos Ordinários do Tesouro (R\$ 272 milhões no 2º bimestre de 2021, uma variação positiva de 89,1% em relação ao período análogo em 2020), seguido pelos recursos provenientes das receitas de Operação de Crédito (R\$ 54,6 milhões, assinalando frustração de 18,3% em relação ao mesmo período em 2020 onde foi registrado o valor de R\$ 67 milhões para os recursos advindos desta fonte).

A melhoria da infraestrutura pública visa fomentar o crescimento econômico, seja por meio da geração de empregos diretos e indiretos que tais obras possibilitam, seja através dos ganhos de celeridade logística para o fluxo econômico e da eficiência de mercado (uma vez que estradas e pontes são importantes para o escoamento de produção e para a velocidade de abastecimento, reduzindo também os custos de transporte), seja pela melhoria na eficiência e velocidade na prestação dos serviços públicos, o que torna o grupo de investimentos um grupo de crucial importância no que se refere à tomada de decisões referentes às despesas públicas.

Participação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) dos Estados – 3º quadrimestre de 2019 e 2020



FONTE: SICONFI/STN.



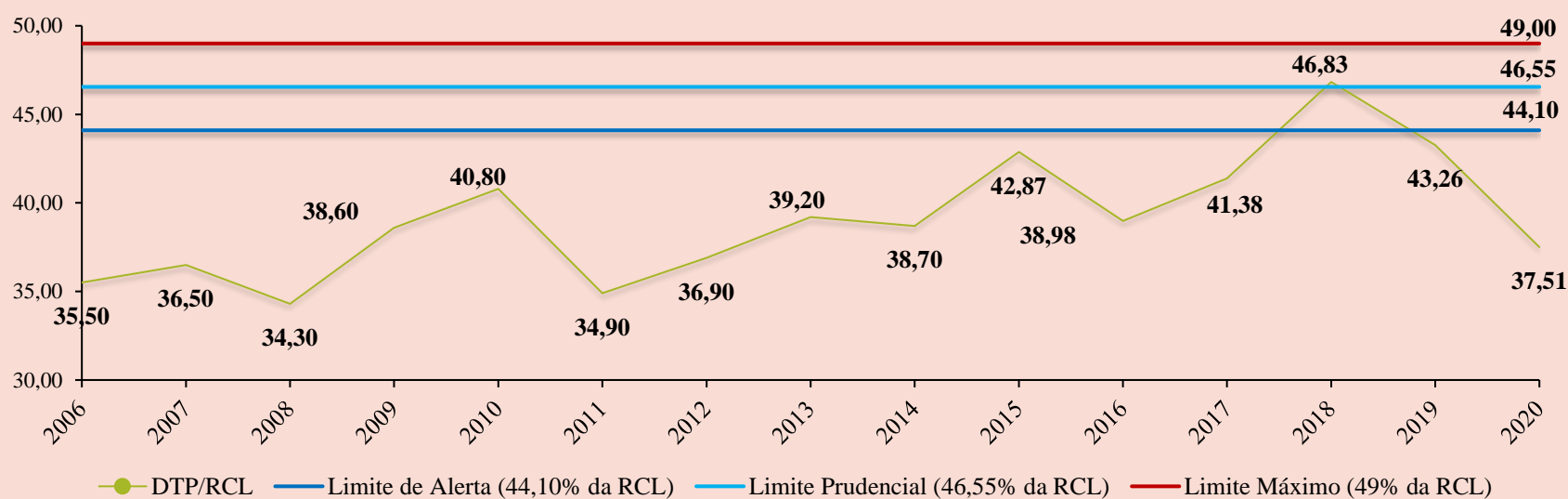
GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

A análise da relação entre Dívida Consolidada Líquida (DCL) e Receita Corrente Líquida (RCL) é fundamental para a Gestão da Dívida Pública, pois é por meio desta relação que a LRF estabelece os limites tanto para a Dívida Pública quanto para a Despesa com Pessoal e, no caso da DCL, os limites são o Limite de Alerta (180% da RCL) e o Limite Máximo (200% da RCL).

Neste 1º quadrimestre, a DCL do Estado chegou a 33,7% da RCL e, apesar de estar consideravelmente distante do Limite de Alerta (uma abertura de mais de R\$ 25 bilhões), representa

crescimento de 12,2 p.p. do valor referente ao mesmo período no ano passado. Esse incremento estar relacionado principalmente com o fato de que em 2020 houve uma suspensão do pagamento das dívidas dos Estados com a União, no início da pandemia por meio de uma liminar do STF de suspensão de garantias aos Estados, que veio a efeito à partir do mês de Abril quando já não houve execução do Serviço da Dívida (pagamento de juros e amortizações), precedendo a sanção da [LC nº 173/2020](#) que ocorreu ao fim de Maio do ano passado.

Relação da Despesa Total com Pessoal (DTP) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) do Maranhão – Poder Executivo



FONTE: SICONFI/STN.

No que tange a Despesa Total com Pessoal (DTP), a LRF estabelece os seguintes limites: Limite Prudencial que se encontra entre o Limite de Alerta e o Limite Máximo, isso ocorre, pois, já a partir do Limite Prudencial, a não observância dos limites enseja proibições ao gestor cuja desobediência pode acarretar sanções penais ao mesmo. A DTP é dividida em esferas do poder público, cada qual com seus limites próprios, são elas: o Executivo (Limite de Alerta, 44,10% da RCL; Limite Prudencial, 46,55% da RCL; Limite Máximo, 49% da RCL), Legislativo (Limite de Alerta, 2,70% da RCL; Limite Prudencial, 2,85% da RCL; Limite Máximo, 3% da RCL), Judiciário (Limite de Alerta, 5,4% da RCL; Limite Prudencial, 5,7% da RCL; Limite Máximo, 6% da RCL), Ministério Público (Limite de Alerta, 1,8% da RCL; Limite Prudencial, 1,9% da RCL; Limite Máximo, 2% da RCL) e Defensoria Pública, e a soma geral define os limites para o Consolidado, que são respectivamente, 54%, 57% e 60%

O gráfico acima ilustra a evolução da relação DTP/RCL do Executivo do Estado considerando apenas os 1º Quadrimestres de cada ano e registra que, do 1º Quadrimestre de 2020 ao período análogo em 2021, houve na participação da DTP do Executivo na RCL, redução de 2,55 p.p. Importante ressaltar que essa redução não significa que a DTP diminuiu, de fato, houve aumento na DTP do Executivo entre os dois períodos analisados de (7,03%), contudo esse movimento teve magnitude inferior ao aumento da RCL, que entre os dois períodos em questão, cresceu 14,5%, ou seja, a redução nos números da relação DTP/RCL não apenas ocorre quando a DTP diminui, mas também quando aumenta, desde que a RCL aumente a uma taxa maior.

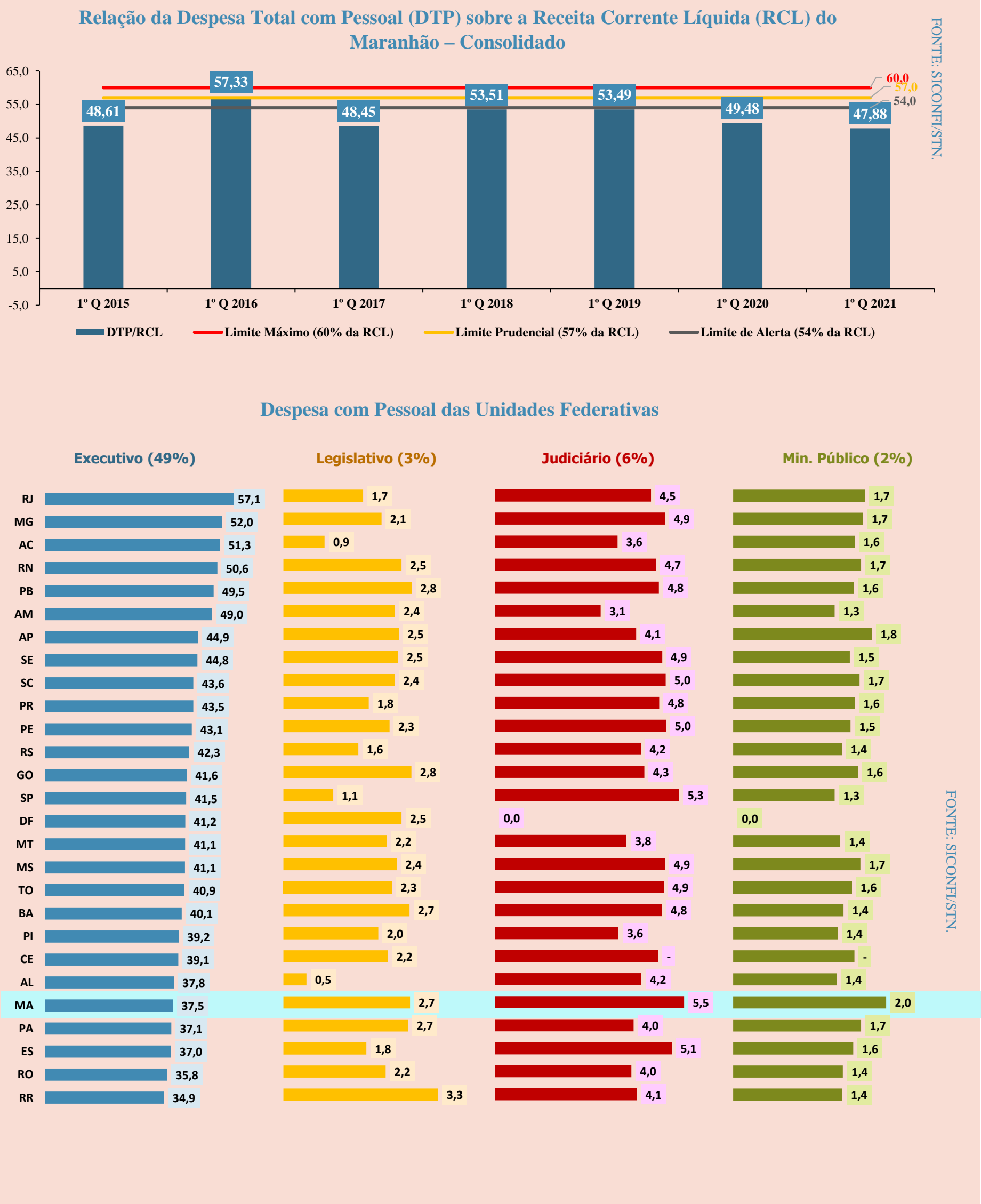
Importante também destacar que o MA está entre os 5 estados que não atingiram o Limite de Alerta nem no 1º Quadrimestre de 2020 e nem no de 2021, ao lado de BA, CE, ES e RO. A redução observada pode ser atribuída à vigência da [LC nº 173/2020](#) que limitou, entre outras coisas, o crescimento das Despesas com Pessoal dos Entes Federados até 31 de dezembro de 2021. No gráfico abaixo, ilustra-se a evolução da DTP do

Consolidado em relação à RCL, e, assim como na análise da Despesa com Pessoal do Executivo considera-se o comparativo entre os 1º Quadrimestres do exercício atual e anterior.

No âmbito da despesa consolidada ocorre situação similar à do Poder Executivo, pois o valor entre os dois quadrimestres considerados, passa por um decréscimo de 1,6 p.p., a variação, menor que a do Executivo, se deve ao fato que, no Consolidado a DTP teve um aumento maior (10,5%), ilustrando um possível crescimento vegetativo. Nos grupos de Despesa com Pessoal que se encontram dentro do Consolidado, a DTP do Legislativo manteve-se abaixo do Limite Máximo de 3% registrando 2,7% da RCL, o mesmo para o Judiciário (registrou 5,5 tendo limite máximo de 6%), no entanto, a do Ministério Público alcançou o exato valor do seu Limite Máximo (2%). Os valores dos limites da LRF para o Consolidado são de 54% da RCL para o Limite de Alerta, 57% para o Limite Prudencial e 60% para o Limite Máximo.

No que concerne à distância em relação ao Limite de Alerta em valores absolutos, a DTP do Executivo possui uma vantagem de R\$ 1,1 bilhão, enquanto a do Consolidado é de R\$ 1,07 bilhão. Não são computados no cálculo dos limites de gastos as despesas que envolvem indenização por demissão, PDV, as com pessoal decorrentes de convocação extraordinária, derivadas de decisão judicial, de competência de período anterior ao da apuração e das com pessoal e inativos custeadas com recursos de fundos próprios.

Na tabela comparativa de Despesa com Pessoal das Unidades Federativas abaixo é possível ver que o Estado do Maranhão detém a 5º menor Despesa com Pessoal do Executivo sobre a Receita Corrente Líquida.

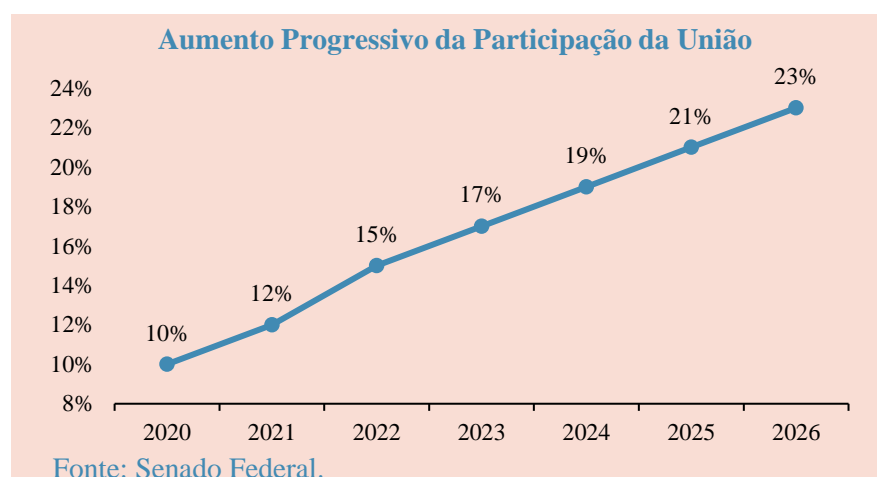




TÓPICOS EXTRAS

1. Novo Fundeb será maior e terá caráter permanente

A [PEC 26/2020](#) tornou permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que, pela antiga legislação, acabaria no fim de 2020. O novo Fundeb também amplia em 13 pontos percentuais os recursos destinados pela União ao setor da Educação. Os valores eram constituídos com aproximadamente 90% de impostos coletados nas esferas estadual e municipal e 10% oriundos do governo federal. Com a atual legislação, a participação da União será de forma progressiva a partir de 2021. Os 23% da União serão distribuídos da seguinte forma:



- 10% serão destinados aos estados que não atingiram o Valor Anual Total por Aluno (Vaat), seguindo os padrões atuais, sendo que metade deste valor será direcionado à educação infantil;
- 10,5% seguirão para as redes públicas municipal, estadual ou distrital que não alcançaram o Vaat;
- 2,5% serão distribuídos às redes públicas com base na evolução dos indicadores de atendimento e melhoria da aprendizagem.

A nova legislação referente aos recursos do FUNDEB prevê que os entes federados, após receberem a complementação da União, devem redistribuir esses recursos entre suas unidades de ensino, a fim de diminuir as desigualdades neste âmbito, buscando equalizar as oportunidades educacionais do país. Além disso, a previsão é de que os estados aprovelem legislação para redistribuição entre os municípios, de parte dos recursos oriundos do ICMS, usando como parâmetro, os indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade. Conforme redação do [Senado Federal](#), os estados repassavam parte do ICMS arrecadado (25%) às cidades. Com a alteração proposta pela PEC, diminui o total repassado proporcionalmente às operações realizadas no território de cada município e aumenta o mesmo tanto no repasse que nova lei estadual deverá vincular às melhorias na educação.

